

# REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 4

Abril de 1920

Ano LXXII

Director, proprietario e editor — Empresa da *Revista Militar*  
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIARIO DE NOTÍCIAS  
Rua do Diario de Noticias, 78 — Lisboa

## Consequências do Derruimento de dois Impérios

### Napoleão I — Guilherme II

Havia chegado o momento da declinação e fim da grande Epopeia Napoleónica. Surgia o ano de 1814, e o império era invadido por todos os lados. Os austriacos avançavam pela Itália; os ingleses transpunham o Bidassoa e surgiam pelos cumes dos Pirinéos; o príncipe de Schwartzemberg, à frente de um exército de 150.000 homens, desembocava pela Suíça; Blücher entrava por Francfort, à frente de 130.000 prussianos; Bernadotte tinha invadido a Holanda e penetrava na Belgica com 10.000 suécos e saxões. Era assim que 700.000 homens, adestrados pelas próprias derrotas, que haviam sofrido na grande escola da guerra napoleónica, avançavam ousadamente para o coração da França, desprezando tôdas as praças fortes, com o uniforme pensamento de irem esmagar, em Paris, o «Tirano da Europa», que tantas vezes os havia aniquilado, envolvendo os respectivos territórios em verdadeiros círculos de ferro.

Essa terrível situação mais se agravou quando, graças aos esforços de lord Castlereag, foi concluído o famoso tratado de 1 de março, assinado em Chaumont pelos representantes da Inglaterra, da Rússia, da Austria e da Prussia, tratado êsse que, durante quarenta anos, havia de reger a politica europeia, e, de momento, fortalecia a união das potências coligadas contra Napoleão. Em virtude de tal pacto, cada uma das potências signatárias obrigava-se a fornecer um contingente

permanente de 150.000 homens, até que a guerra, que então já travada, terminasse a aprazimento dos coligados.

Como a Inglaterra não podia fornecer 150.000 homens das suas próprias tropas, obrigava-se a constitui-los com tropas estrangeiras, a seu soldo, para o que contava já então com cêrca de 100.000 combatentes, existentes na Península hispanica, e compostos de inglêses, espanhois e portuguezes, sendo-lhe fácil completar aquele número com 50.000 hanoverianos, alemães de tôdas as proveniencias e holandêses. A êste facto aludia um distinto general francês, quando, já em nossos dias, escreveu — «que a Inglaterra tinha por costume fazer as guerras com os soldados dos seus aliados».

Pelo tratado em questão, não sómente os pactuantes se obrigavam a não entrar em quaisquer acôrdos particulares, tratando sempre colectivamente com o inimigo comum, mas comprometiam-se solidáriamente a manter a coesão durante vinte anos, a contar da futura assinatura da paz, prontos a intervir immediatamente em favor de qualquer dos pactuantes, que fosse ameaçado pelo Império francês, para o que cada um devia manter, aptos a intervir na guerra, 60.000 homens, o que formaria o total de 240.000 combatentes.

E, como o dinheiro sempre foi o nervo da guerra, a Inglaterra, que dispunha da preponderancia em matéria de riqueza, comprometia-se a abonar, durante todo o período das hostilidades, o subsídio anual de seis milhões de libras esterlinas, equivalentes a 150 milhões de francos, a repartir, em partes iguais, pela Russia, Prussia e Austria.

A Inglaterra soube sempre satisfazer os encargos resultantes da sua grandeza, e não podia deixar de o praticar nessa ocasião, em que o tratado de 1 de março lhe conferia uma missão continental, quási igual às das três grandes potências suas aliadas.

Como se não fosse bastante tal amontoado de perigos, que surgia perante o Império Napoleónico, a França mostrava-se cançada do seu domínio, então acentuadamente despótico, e extremamente horrorizada pelas torrentes de sangue que lhe haviam custado as glórias alcançadas, sendo neste sentido poderosamente agitada pelo partido realista e pelo grande número de descontentes, que Napoleão havia aglomerado em volta do seu trono, uns e outros fortemente anima-

dos pelas veniagas e ouro inglês e pelos demais elementos de captação de que dispunham as restantes potências coligadas.

Não enfraqueceu o génio de Napoleão perante uma situação por tal modo ameaçadora. Dispondo apenas de 150.000 homens para defrontar contra as numerosas massas adversas, a tôdas elas buscou sustar no seu tenaz avanço. Ao general Maison incumbiu a detenção da marcha de Bernadotte pela Belgica; Augereau atacaria os austriacos em Lião; Soult suspenderia no Loire a invasão inglesa; o Principe Eugénio defenderia a Itália; para si próprio, destinava a missão mais grave, qual era a de investir com Blücher e Schwarzenberg.

Não é este o momento oportuno para descrever, embora a traços largos, a campanha de 1814, onde o génio do brilhante general teve traços fulgurantes. Mas não deve negar-se que a sua estrêla, que tão forte brilho dardejara nos teatros da guerra em que êle exercia o comando, empalidecia a olhos vista naqueles onde a acção suprema era exercida pelos generais seus delegados. Donde derivou o facto dêle próprio haver reconhecido, que a França lhe escapava das mãos, pelo que empregou, embora inutilmente, tôdas as diligências para conseguir abrir a sua sepultura nos campos de batalha de Arcis-sur-Aube (20 e 21 de março) e Saint-Dizier (26 de março) <sup>1</sup>.

Quando, a 29 de março, recebeu a notícia de que os prussianos e russos marchavam impávidamente sôbre Paris

<sup>1</sup> A 20 de março, o exército de Napoleão subia o Aube, chegando a Arcis, onde se não devia deter. Mas tendo sido avistadas algumas tropas inimigas na estrada de Troyes, que se tratou de reconhecer, perante a resistência, que elas ofereceram, teve de intervir tôda a retaguarda. Napoleão acorreu, fazendo convergir ao local do combate novas fôrças. Mas as tropas adversas procederam tão energicamente, que só então o Imperador reconheceu ser o exército completo de Schwarzenberg, que êle tinha na sua frente.

Este combate foi extremamente crítico para o exército francês. Napoleão correu nele pessoalmente os maiores riscos. Envolvido no turbilhão das cargas da cavalaria, só se salvou desembainhando a espada e jogando a própria vida. Por várias vezes teve de combater à frente da sua escolta; e, longe de evitar os perigos, parecia empenhado em os defrontar. Num desses lances caiu-lhe em frente do cavalo, que montava, uma granada, fazendo-o desaparecer numa onda de pó e de fumo, julgando-o todos perdido. Er-

e, em 1 de abril, a de que Marmont havia capitulado, foi quando o desanimo se acentuou no seu espirito. Assim, no dia 4 d'este último mês, assinava e lia, perante alguns dos seus marechais, o seguinte acto de abdicação condicional:

“Tendo as potências aliadas proclamado que o Imperador Napoleão era o único obstáculo para o estabelecimento da paz na Europa, o Imperador Napoleão, fiel ao seu juramento, declara que está disposto a descer do trôno, a abandonar a França e até a vida, pelo bem da pátria, sem prejuizo dos direitos de seu filho, dos da regencia da Imperatriz e das leis do Império. Feita no nosso palácio de Fontainebleau, a 4 de abril de 1814.”

E, seguidamente, encarregou os marechais Ney e Macdonald com Coulaincourt, de tratarem das condições da paz com o govêrno provisório e com os representantes das nações aliadas, partindo aqueles a desempenhar tão difficil missão, não conseguindo, porém, apesar das diligências empregadas na conferência havida, que fosse aceite senão a abdicação pura e simples, com prejuizo dos direitos reservados, no documento que fica transcrito, à familia do Imperador.

Então foi que o desalento se apoderou inteiramente do Imperador, procurando êste encontrar no veneno, que na Russia lhe fornecêra o Dr. Yvan, o epilogo da sua agitada vida, que as granadas e balas inimigas lhe não haviam assegurado nas duas batalhas citadas. Parece que a Providência havia determinado, porém, que aquele grande espirito houvesse de sofrer na terra todas as inclemencias e sofrimentos

guendo-se subitamente, porém, e lançando-se sôbre outro cavalo, encetou nova refrega, conseguindo afinal salvar a vida, mas com o convencimento de que as fôrças de que dispunha eram impotentes para lutar corpo a corpo contra as poderosas massas inimigas. Foi por tal motivo que se resolveu a abandonar a estrada de Paris, operando a retirada pela região situada entre Vitry-le-Français e a Lorena, o que permitiu o avanço dos aliados sôbre a capital.

No proseguimento dessa operação, a retaguarda do exército de Napoleão foi depois vivamente atacada em Saint-Dizier, no dia 26 de março, por uma parte do exército prussiano de Blücher, sendo no decurso de tão formidavel conflito que Napoleão teve de arriscar novamente a vida, graças ao que obteve o adversário abandonar aquela localidade, da qual conseguira apossar-se, ficando dividido e retirando pelas estradas divergentes de Vitry e de Bar-sur-Ornain.

derivados dos êrros, que cometêra durante a sua famosa Epopéia, porque o opio que lhe havia fornecido o Dr. Yvan, no dia seguinte ao da sangrenta batalha de Malo-Jaroslawetz, na qual a subita erupção dos cossacos também puzera em perigo a sua vida e liberdade, não produziu melhor efeito do que os projecteis dos coligados. Na presença de Caulaincourt, do general Bertrand e de Bassano, os quais impedira de correrem em busca de qualquer auxílio médico, contorcendo-se nos mais violentos sofrimentos, Napoleão exclamava:

— Como é difícil morrer, quando no campo de batalha se torna tão fácil! Ah! porque não morri em Arcis-sur-Aube?!...

Certamente porque o opio, fornecido na Russia, e que o Imperador desde então não abandonára, havia perdido muito da sua virulencia, a reacção pronunciou-se após alguns vômitos, e logo seguidamente, reconhecendo que o destino determinava que visesse, Napoleão conformou-se com a sorte, que lhe havia sido talhada na conferência aludida.

Os delegados napoleónicos, voltando então a reunir-se com os representantes das nações aliadas, e aceitando a abdição formal, sem reservas, obtiveram, entre outras, as seguintes concessões:

Que Napoleão se retiraria para a ilha de Elba, cujo domínio absolutamente independente exerceria, continuando a manter o título de IMPERADOR;

Que se poderia fazer acompanhar de 700 a 800 homens da sua Velha Guarda, os quais lhe serviriam simultaneamente de escolta de honra e de segurança;

Que gozaria da dotação de dois milhões de francos, e igual quantia seria abonada a seus irmãos e irmãs;

Que outras vantagens especiais seriam concedidas aos outros membros da sua família.

Foram estas as disposições, que mais interessam à narrativa presente, constantes do tratado de 11 de abril, o qual, quando foi submetido à sua ratificação, suscitou a Napoleão a seguinte expansão:

— Na verdade, soffro, mas os sofrimentos que me atormentam nada significam em presença de um, que a todos se avanta! É o de terminar a minha carreira com a assinatura de um tratado, no qual se não estipula uma única vantagem de ordem geral, nem sequer um único interesse moral, como

o da conservação das côres nacionais ou o da manutenção da Legião de Honra! Assinar um tratado em que me concedem dinheiro!... Coulaincourt, se não existissem meu filho, minha mulher, minhas irmãs, meus irmãos, Josefina, Eugenio e Hortense, eu despedaçaria êste tratado em mil fragmentos!... Ah! que se os meus generais, que tanta coragem mostraram, e por tanto tempo, a houvessem mantido por duas horas mais, eu teria mudado os destinos... Se ainda êsse miseravel Senado que, depois de me ver afastado, não teve fôrça pessoal para negociar, e se colocou no meu lugar, me houvesse deixado tratar da paz como representante da França, com as fôrças que me restavam, com o temôr que eu ainda inspirava, teria tirado outro partido da nossa derrota. Haveria obtido alguma cousa para a França e depois envolver-me-ia no olvido... Mas deixar a França tão pequena, depois de a haver recebido tão grande!... Que grande dôr!...»

Embora profundamente dominado pelo sofrimento moral, Napoleão ainda teve a previsão das novas desditas, que lhe estavam reservadas, ao acrescentar:

— «E essas humilhações não são as derradeiras!... Vou atravessar as províncias meridionais, onde as paixões são demasiado violentas. Que os Bourbons nelas me façam assassinar, é cousa que lhes perdôo; mas eu hei-de ser certamente entregue aos ultrages dessa abominavel populaça do Sul. Morrer no campo de batalha, não é nada, mas no meio da lama e a tais mãos!»

Uma tal agonia devia ter o seu fim. Efectivamente, na manhã de 20 de abril, depois de já haver seguido em marcha para o litoral o batalhão da Velha Guarda, destinado a acompanhá-lo até à ilha de Elba, o Imperador partia de Fontainebleau, depois de se haver despedido do grosso da mesma Guarda, e de lhe haver dirigido a seguinte alocução:

— «Soldados, meus velhos companheiros de armas, que sempre encontrei no caminho da honra, é preciso separar-nos. Teria sido possível conservar-me ainda por muito tempo no meio de vós, mas seria preciso prolongar uma luta cruel, agravando com a guerra civil, talvez, a guerra contra o estrangeiro, e eu não me pude resolver a despedaçar por mais tempo o seio da França. Gozai do repouso que tão justamente haveis adquirido e sede felizes. Quanto a mim, não me lasti-

meis. Resta-me uma missão, e é para a realizar que consinto em viver. É a de contar à posteridade os grandes actos, que juntos havemos praticado. Querendo apertar-vos a cada um de vós nos meus braços, assim o faço abraçando esta bandeira, que vos representa.”

E, arrastando para junto de si o general Petit, que empunhava a bandeira da Guarda, e era o modelo completo do heroismo modesto, apertou contra o peito a bandeira e o seu portador, no meio de calorosas manifestações e lagrimas dos seus velhos camaradas, arremeçando-se logo para dentro da carruagem, que o devia transportar até ás margens do Mediterraneo.

Nesse doloroso trajecto estavam reservadas a Napoleão as duras afrontas, que ele havia previsto, sendo indispensavel, para lhe salvar a vida, obter-lhe o disfarce de um uniforme estrangeiro, para o confundir com os officiais, que compunham o sequito. Em Orgon, o povo, armado de uma força, lançou-se sobre a carruagem imperial, na qual só viajava o general Bertrand, com o fim de arrancar a vida ao tirano. Ao general russo Schouvaloff deveu aquele militar o não haver sido enforcado, por haver sido tomado pelo imperador. E este, imovel, silencioso, tragava uma a uma tão duras afrontas, não sem poder impedir que, uma ou outra vez, as lagrimas, lhe corressem pelo rosto!

Um tal suplicio foi horroroso, até que, finalmente, o Imperador, no dia 28, entrou na fragata inglêsa *The Undaunted*, surta no porto de S. Rafael, fundeando no dia 3 de maio, na enseada de Porto-Ferraio.

Napoleão propoz-se, desde o primeiro momento, a exercer franca e dignamente os direitos de soberania, que o tratado de 11 de abril conferia sobre o minuscuro territorio da ilha de Elba, a ele, que havia sido o poderoso monarca do mais dilatado imperio, que a humanidade conhecêra desde Carlos Magno. Extraordinario lance comico do destino!

Foi, inspirado em tal resolução, que, no proprio dia em que a fragata, que o conduzia, fundeou em Porto-Ferraio, ele recebeu as homenagens das autoridades, clero e principais habitantes da ilha, designando logo o immediato para o desembarque, em que lhe deviam ser prestadas as devidas honras de soberania.

Efectivamente, logo na manhã de 4 de maio de 1814, desembarcava um destacamento de tropas, conduzindo a nova bandeira adoptada pelo Imperador, e que passava a ser a do pequenino Estado, a qual foi arvorada no forte da Estrela, com as devidas salvas de artilharia. Mais tarde, desembarcou o proprio Imperador, saudado igualmente por cento e um tiros das baterias de terra e vinte e quatro da fragata inglêsa, cuja tripulação lançava das vergas os vivas da ordenança. Ao pôr pé em terra, recebeu da autoridade civil de Porto-Ferraio, circundada do clero e notaveis, as chaves da povoação, dispostas numa salva de prata. As tropas da guarnição da ilha, formadas em parada, prestaram-lhe as devidas honras militares. Em seguida Napoleão dirigiu-se á catedral, onde foi cantado um solene *Te Deum*, findo o qual foi transportado para o edificio municipal, destinado a servir-lhe de residencia provisoria.

No dia 26 de maio, surgiu no aludido porto o navio, que conduzia o batalhão da Velha Guarda, destinado a constituir a guarda de honra e de segurança de Napoleão, e, no dia 28, retiravam da ilha as tropas, que haviam constituido a sua antiga guarnição. A ilha de Elba ficava, assim, na dependencia exclusiva do seu soberano.

Não deixaria de ser interessante, mas tornar-se-ia estranho ao fim a que visamos, descrever o modo como Napoleão se propôs exercer a soberania reduzida, que lhe fôra concedida pelas potencias coligadas. Basta que fique consignado, que ele soube manter sempre nobremente a sua dignidade, apropriando devidamente as funções de monarca á situação que lhe fôra creada, administrando os fundos publicos e a propria dotação por modo a poder repetir, por vezes, que nunca se considerára tão rico.

Pouco tempo depois de instalado na ilha de Elba, sua mãe e sua irmã Paulina ali lhe foram fazer companhia, suavizando-lhe a vida, que ele tornava menos ingrata, graças ao trabalho regular, que a si proprio prescrevia inflexivamente. Erguia-se com a madrugada para se encerrar no seu gabinete, onde trabalhava na urdidura das suas memorias militares, até ás 8 horas da manhã. Depois saía para inspeccionar as obras em execução, conversando com os operarios, que eram quasi todos soldados da sua guarda. Ás 11 horas almoçava muito



frugalmente, dormindo depois uma ou duas horas, no tempo dos grandes calores. Às 3 horas voltava novamente a sair, mas de trem ou a cavalo, acompanhado pelo marechal Bertrand e general Drouot, acolhendo benignamente todas as reclamações, que lhe eram apresentadas no trajecto. Às 7 horas regressava, jantando com a irmã e com determinadas pessoas de representação. Sua mãe residia em casa especial.

Porque a ilha se tornou o logar de *rendez-vous* de todos os turistas, que já ao tempo havia, a ponto de ser necessário providenciar para evitar a alteração da ordem, as finanças melhoraram notavelmente, tornando-se, portanto, a presença de Napoleão não só causa da prosperidade publica, mas da de todas as classes da população.

Entre os visitantes qualificados, sobresaíam os ingleses, como sendo os que maior empenho mostravam em ser admitidos á presença de Napoleão, ao que este se não recusava. Grande numero de officiaes de todas as nações, francezes, italianos, polacos, alemães, etc., o procuravam egualmente, mas estes para lhe oferecerem os seus serviços, obtendo como resposta invariavel, que ele Imperador não dispunha nem de empregos, nem de postos, que lhes podesse conceder.

— Mas serviremos como simples soldados, respondiam muitos deles.

E, quási sempre, Napoleão os incorporava entre os seus granadeiros, lisongeando-se altamente com tais provas de dedicação.

Se os nossos leitores se derem ao incomodo de recordar o que, ao tempo em que tais factos occurriam na ilha de Elba, succedia em França, durante o reinado de Luiz XVIII, isto é, os erros ali cometidos pelo governo, os quais haviam erguido contra os Bourbons as mais apaixonadas e intensas campanhas de odios e de interesses mal feridos, fácilmente reconhecerão como a leitura dos jornais da epoca e as conferencias havidas com os inumeros visitantes haviam disposto o animo do Imperador para uma acção de desforra, instigando-o a estudar a oportunidade de realizar uma expedição á França, com o fito de voltar a empunhar o sceptro e a cingir a corôa, que o estrangeiro lhe havia arrancado.

A primeira pessoa, a quem Napoleão confessou o proposito de consumir esse intento, foi a sua mãe.

— «Não posso, disse-lhe, morrer nesta ilha, e terminar a minha carreira num repouso, que não seria digno de mim. Demais, pela carencia de recursos, em breve estarei isolado e exposto a todas as violencias dos meus inumeros inimigos. A França está agitada. Os Bourbons ergueram contra eles todas as convicções e todos os interesses ligados á Revolução. O exercito deseja-me. Tudo me confirma que, ao vêr-me, voará para mim. É certo que posso encontrar no caminho um obstáculo imprevisto, algum official fiel aos Bourbons, que detenha esse movimento das tropas, e então sucumbirei prontamente. Mas esse fim será certamente melhor do que a residencia prolongada nesta ilha, com o futuro que me espera. Quero, portanto, partir e experimentar uma vez mais a fortuna. Qual é o vosso parecer minha mãe?

Essa energica senhora, ao escutar uma tal confidencia, comoveu-se extraordinariamente, e, depois de pedir a seu filho que lhe deixasse vencer por alguns momentos o sentimento materno, poucos momentos depois, respondeu em tom firme e como que inspirado:

— Parte, meu filho, parte e segue o teu destino. Pódes perder-te, tendo a morte como consequencia dessa tentativa frustada. Mas reconheço dolorosamente, que não podes conservar-te aqui. Demais, confiemos em Deus, que te protegeu no meio de tantas batalhas, o qual mais uma vez te protegerá.

E, ao terminar estas palavras, lançou-se comovidamente nos braços do filho.

O destino de Napoleão ficára inflexivelmente resolvido nesta conferencia.

No dia 26 de fevereiro de 1815 uma esquadilha composta do brigue *Inconstant*, da goleta *Caroline*, do falucho *Etoile*, do aviso *Mouche* e de mais dois transportes fretados, ao todo sete navios, levando a seu bordo 1.100 homens e 4 peças de artilharia, seguia com Napoleão em direcção ás costas da França, a recuperar um trono, que quasi toda a Europa coligada havia derrubado, sendo comunicada esta empreza, antes da partida, ao rei de Napoles (Murat), afim de a transmitir ao Imperador da Austria, com a segurança de ser proposito de Napoleão respeitar fielmente o tratado de Paris de 30 de maio de 1814.

Dispensam-nos ainda os leitores, por certo, da descrição do ocorrido na travessia dessa expedição, da chegada dela ao golfo Juan, no dia 1 de março, do seu desembarque, da audaciosa marcha triunfal até Paris e da de todos os factos políticos e militares ocorridos durante os cem dias, que constituíram a segunda epoca da soberania do Imperador Napoleão.

Estamos, portanto, a 21 de junho de 1815, no momento em que Napoleão entra em Paris, vencido na batalha de Waterloo. No dia immediato. a camara dos pares e a camara dos deputados declararam-se em sessão permanente, e proclamaram traidor á patria quem quer que ousasse suspender ou dissolver o parlamento.

Nesse mesmo dia Napoleão abdicou novamente em favor de seu filho, e partiu em direcção a Rochefort.

No dia 8 de julho Luiz XVIII regressou tambem a Paris.

Era intenção de Napoleão passar para os Estados Unidos, e com esse fito se havia dirigido para aquella praça de guerra e porto militar. Mas as peripecias da jornada, demorando a sua marcha, e o acolhimento caloroso, que ali teve, mais lhe alimentaram a esperança de que qualquer acontecimento fortuito viesse dispensar o mais duro sacrificio, que lhe podia ser imposto, qual o de abandonar definitivamente o solo da França. Com esse pensamento demorou a realização de tal plano, e, quando o quiz executar, era já tarde.

Desde 29 de junho, que os inglêses haviam intensificado o cruzeiro naquella região maritima, e os vários planos urdidos para iludir essa vigilancia não ofereciam certeza de exito. O recurso á travessia do Atlantico em navio dinamarquês, surto no porto, foi recusado pelo Imperador, porquanto, sem oferecer maiores probabilidades de salvação, arriscava-o a ser surpreendido em situação pouco digna dele. Não tiveram melhor aceitação as instancias de seu irmão José, para que se collocasse á frente das colunas do exercito francês, em marcha para o Loire, conforme era o desejo dos chefes das respectivas unidades. Sem assegurar egualmente grandes probabilidades de triunfo, por tardio, este alvitre só serviria para prolongar a luta, cobrindo o país de ruinas e estendendo os horrores da guerra em regiões, que por ela haviam sido poupadas.

Napoleão resolveu então submeter-se, e depois de nego-

ciações preambulares com o comandante da velha fragata inglesa *Bullérophon*, dirigiu-se para bordo desta, no dia 15 de julho, ao mesmo tempo que enviava para Londres em um navio ligeiro o general Gourmand, portador da seguinte carta, dirigida ao Príncipe Regente de Inglaterra:

«Alteza Real

Tendo-me constituido alvo das facções, que dividem o meu país, e do ódio das maiores potências da Europa, terminei a minha carreira política. Como Thémistocles, venho assentar-me á lareira do povo britânico. Coloco-me sob a protecção das suas leis, que reclamo de Vossa Alteza Real, como a do mais poderoso, mais constante e mais generoso dos meus inimigos.

Napoleão.»

Por certo que, sem os antecedentes da ilha de Elba e das paixões e do terror, que o simples nome de Napoleão inspirava, este apêlo haveria concitado a magnanimidade do povo inglês. Mas aquelas agravantes prevaleceram sobre quaisquer considerações de ordem generosa. Consultados os jurisconsultos nacionais, opinaram que Napoleão não devia ser considerado como um simples prisioneiro de guerra, que voluntariamente se havia ido entregar ao adversário. Se os Estados devem respeitar as vidas alheias, correlhes paralelamente o dever de defender a sua própria, e, sob este fundamento, opinaram que deveria ser mantido em retentiva um indivíduo, que era considerado um perigo para a Europa. Após 1814, quando apeado do trono, fôra-lhe destinada a ilha de Elba para sua residência; em 1815, depois da evasão da ilha de Elba, havia o direito de o privar da liberdade.

Está certo este raciocínio, mas o direito de ligítima defesa tinha por limite o próprio perigo visado, e, onde este cessava, implicitamente cessava aquele direito. Conservando detido a Napoleão, o que não havia era o direito de o atormentar, de lhe abreviar a vida ou de o humilhar, e foi isto o que succedeu.

Buscou-se um lugar próprio para destinar a residência do Imperador, tendo sido unânimes as opiniões de que a ilha de

Santa Helena oferecia, para tal fim, as precisas condições. E o governo inglês resolveu, o que foi além do necessário: que Napoleão apenas conservaria o título de general, sendo considerado como prisioneiro de guerra; que seria desarmado, bem como os tres únicos officiaes que constituissem o seu sequito; que seriam revistadas as bagagens de todos êles, com o fim de apreender todos os recursos, que podessem facilitar nova evasão; que no local da detenção fosse reservado a Napoleão sómente o terreno bastante para poder passear a cavallo. Mais foi determinado, que êle fosse transferido para bordo do navio de guerra de alto bordo *The Northumberland*, o qual, seguido de uma divisão naval sob o comando do almirante Cockburn, conduziria o prisioneiro ao local do seu destino.

Um episódio pungente convém recordar. Quando Napoleão, no porto de Plymouth, era transferido, no dia 7 de agosto, do *Belléophon* para o *Northumberland*, dirigiu-se-lhe o almirante Lord Keith, o qual com o mais vivo pezar gravado no rosto e o tom mais respeitoso, lhe dirigiu as seguintes palavras:—*«General, a Inglaterra determina-me que reclame a vossa espada»*—. Napoleão só respondeu com um gesto, que provava a que extremidades seria necessário recorrer para o desarmarem. Mas Lord Keith não insistiu, e Napoleão conservou a sua gloriosa espada. Depois, abraçando os camaradas, aos quais havia sido concedida a honra de o acompanharem até êsse terrível momento, disse-lhes:

—*«Sêde felizes, meus amigos. . . Não mais nos veremos, mas o meu pensamento não vos olvidará, nem a vós, nem a todos os que me serviram. Dizei á França que faço votos por ella. . .»*

No dia 16 de outubro de 1815, fundeava em Santa Helena o *Northumberland*, e principiava esse longo cativoiro, que só devia terminar a 5 de maio de 1821 com a morte de Napoleão.

\*

\* \* \*

Não pareceu inoportuna, a quem escreve estas linhas, a recordação dos factos anteriores. Das mesmas causas derivam efeitos analogos, e, para que assim não succedesse mais uma

vez, é que ao autor se afigura que foi suscitada, por parte da Inglaterra e adoptada pelas demais nações aliadas, a ideia do julgamento do Imperador Guilherme II e dos seus principais colaboradores, como responsáveis por todos os actos de canibalismo condenados pelo direito das gentes e praticados durante a sequênciá da guerra finda.

Tudo faz prevêr, na verdade, que a actual residência do Imperador alemão em Amerogen, na Holanda, não ofereça melhores condições de isolamento do que as que possuía a ilha de Elba. E o estado de efervescencia, em que se mantém a Alemanha, bem como a disposição de espírito dos respectivos nacionais, não se differenciá daqueles em que se conservou a França, durante o tempo que Napoleão habitou aquella ilha, senão para avivar a suspeita da possibilidade da restauração dos Hohenzollerns.

Quando parecia soar ainda nos campos de batalha a explosão das granadas, com a própria pena, que traça as presentes linhas, escreviamos nós o seguinte: <sup>(1)</sup>

«Amanhã, como hoje e outr'ora, a submissão da Alemanha dependerá, unica e exclusivamente, da união firme das potências, que acabam de a prostrar. No dia, aliás inevitável, em que os interesses lancem a desunião entre elas, não valerão a Sociedade das Nações, nem quaisquer providências impostas de absoluto desarmamento, hoje adoptadas, para que a Alemanha tente ressurgir afim de encetar nova cruzada de absorção de várias regiões mundiais. Um povo, como o alemão, que dispõe das mais extraordinárias aptidões prolíficas, não pode conservar-se pacifista, muito especialmente quando o espírito da raça é de natureza essencialmente agressiva.

E êsse manter-se-á vívido, apesar de todos os esforços empregados para o aniquilar, porque a lei natural assegura a sua estabilidade. As tradições das nações jámais desaparecem, subsistem nos proprios indivíduos, e constituem o mais firme guia das raças a que pertencem. A vida mental de cada ge-

(1) *A Expansão alemã, causa determinante da guerra de 1914-1918. Suas tentativas e perigos na Africa Portuguesa*, pelo general Moraes Sarmiento. Pag. 358.

ração deriva das gerações precedentes; a trama da história futura será parcialmente tecida pela presente».

O que mal supunhamos, ao traçar as linhas transcritas, é que tão breve elas tivessem plena confirmação. A Alemanha, ainda hoje dominada pela Revolução, á qual os pan-germanistas atribuem exclusivamente o desmoronamento do Império, sentindo duramente as calamidades que a afrontam, começa a lançar saudosos olhares para os lados da Holanda, reconhecendo que a acção do desterrado de Amerogen apenas representou as virtudes e defeitos próprios da raça, e é assim que, por todos os meios, procura embaraçar o cumprimento das clausulas do Tratado de Paz, que lhe impõe, e aos seus conselheiros e generais, as responsabilidades pelas violencias cometidas, com ofensa dos preceitos constantes do direito das gentes.

E' sabido que Guilherme II, como succedeu a Napoleão, teve de abandonar furtivamente, na hora da desventura, o solo pátrio, em risco de ser trucidado pelos próprios compatriotas. Mas se, reproduzindo o procedimento do desterrado na ilha de Elba, ele entrasse amanhã em território alemão, por certo seria acolhido com o mesmo enthusiasmo, que saudou o heroi de Austerlitz em Grenoble, em Lião e em todas as demais povoações por onde passou, na sua marcha triunfal de Cannes para Paris, a ponto de ter de exclamar frequentemente:

— Meus amigos, sufocais-me!

Carlos Benoist, em uma das suas tão apreciadas crónicas da *Revue des Deux Mondes*, narra que, um dos seus amigos, que fôra aluno da Universidade alemã de Bonn, tendo bem recentemente visitado aquele estabelecimento, conversando com os seus antigos mestres, ficára surpreendido pela franqueza brutal com que eles se exprimiram. Negando terminantemente que a Alemanha tivesse sido vencida militarmente, todos à uma confessaram ser certa a derrota do Império, mas por haver sido *traído e minado internamente pela Revolução*. — «Não há dúvida, acrescentaram, que nos haveis subjugado, mas chegar-nos-á amanhã o momento de vos subjugar a vós. Para o conseguir não se torna necessário fazer grande esforço; basta que continuemos a manter a nossa natalidade, e

vós a vossa. A nossa desforra surgirá expontâneamente do número de nascimentos». — E para conseguir essa aspiração, os que assim se manifestavam não exigiam longo praso; cinco, dez, quando muito quinze anos, lhes bastaria para a realizar.

Mas não eram apenas os professores aludidos que pensavam, como fica exposto. A propaganda actual, como outrora a tendente à expansão territorial, não é feita exclusivamente na cátedra, estende-se pelos jornais, pelas associações e pelas conversas particulares, o que fez dizer a Carlos Benoist com a maior sinceridade patriótica: — «Tal é a Alemanha, no momento do encerramento da guerra, à qual erradamente foi atribuída a determinante de destruir, o que falsamente se julgava ser o imperialismo dos Hozenzollerns, o pangermanismo dos Junkers, o militarismo prussiano, quando tudo isto significava apenas o character alemão, character que a Alemanha conservará, alimentará e reanimará enquanto mantiver os seus ideais».

A confissão é insuspeita, por partir de um autorizado academico francês, cuja respeitabilidade é reconhecida. E exactamente porque Guilherme II só pode ser acusado como executor da vontade nacional, não é o seu julgamento que se torna necessario, mas simplesmente o isolamento, para que o seu regresso à Alemanha não venha a constituir, como o de Napoleão à França, um novo perigo para a paz mundial. Como já o dissémos no livro precedentemente citado, voltamos a insistir que — «o Imperador Guilherme II, por mais tremendas que sejam as responsabilidades, que justamente lhe devam ser atribuídas na elaboração e desenlace da tragédia, a que vimos de assistir, não póde ser considerado senão como o elemento destinado pela Providência a presidir a êsse terrível acontecimento, na preparação do qual consumiram a existência os mais altivos e cultos espíritos, de que a raça germanica se orgulha».

Analogamente se póde dizer dos seus colaboradores políticos. Quanto aos generais, têm êstes a sua melhor defeza no facto da Alemanha e da Austria não haverem assinado as Convenções da Haia, e na doutrina official, defendida pelos melhores jurisconsultos germanos, que distinguia dois modos diferentes de fazer a guerra: o ordinário, ou *Kriegsmannier*, que



obrigava a respeitar as disposições formuladas pelo direito das gentes; e o excepcional ou *Kriegsraison*, que tudo permitia. Desde que no Manual intitulado *Kigsgebranch im Landskriege* (Leis da guerra terrestre), elaborado pelo serviço de Estado Maior para uso dos oficiais, eram condenadas as considerações humanitárias, as contemplações relativas às pessoas e à propriedade, como contrárias à natureza e fins da guerra, sendo autorizados todos os meios próprios para conseguir o referido fim, os quais eram deixados à iniciativa dos chefes militares, a responsabilidade dêstes ficou consideravelmente atenuada por quaisquer desmandos cometidos. A completa rejeição e expurgação de tal doutrina dos textos oficiais alemães é que se tornava indispensável ter assegurado no Tratado da Paz.

Não é, portanto, a organização de um tribunal para julgamento das violências praticadas no decurso da guerra finda, que se nos afigura necessário constituir, mas sim a ressurreição das doutrinas sugeridas pelos juriconsultos ingleses, acerca da sorte a destinar a Napoleão, após o desastre de Waterloo. Contanto que na sua execução haja o respeito devido pelo infortunio, dispensando todas aquelas providências violentas e humilhantes, que só serviram para desautorizar a própria Inglaterra. Um julgamento em fórmula, neste momento, só poderia dar ocasião, a que a França tivesse a desforra do sucedido com Napoleão, vendo-se aparecer um novo Blücher, que exigisse o fusilamento de Guilherme II.

Não se torna necessário fazer ressurgir o espírito sangüinário do feroz general prussiano. Mas também não póde permitir-se, que continue a residir tranquilamente em Amerogen, em risco de transpôr de salto a fronteira holando-germanica, voltando a semear a guerra no mundo, o antigo imperante em cuja mentalidade se encontram poderosamente condensados os sentimentos e conceitos específicos da raça alemã, pelo que a sua simples presença no meio dos respectivos concidadãos constituiria um perigo mundial.

Como em 1815, o processo a seguir será o de usar do direito de legitima defesa, e não o de adoptar qualquer processo de recriminação ou vindicta. Todas as sociedades isolam os indivíduos considerados perigosos, e o mesmo devem praticar agora as potências aliadas, porquanto a residência de

Guilherme II na Holanda melhor facilita uma nova restauração do Império dos Hohenzollerns, do que a de Napoleão na ilha de Elba provocava a dos Bonapartes <sup>1</sup>.

Demais, o processo tem hoje uma autoridade, de que carecia no momento em que, no começo do século XIX, êle foi aplicado. É a de que, embora a doutrina então seguida fosse inglêsa, a sua aplicação teve a sanção absoluta da Prussia e da Austria,

A variante consiste, apenas, em Guilherme II não poder ser considerado como um "Thémistocles assente à lareira do povo britânico", mas simplesmente como um emigrado acolhido à protecção da neutralidade holandêsa. Neste caso, porém, não deve ser justamente contestado o direito, que possuem as potências aliadas de exigir da Holanda, que o conserve longe da metropole, cujas condições territoriais se não prestam ao isolamento, que as circunstâncias exigem. A vizinha Espanha connosco tem tido análogas exigências, por ocasião de rebeliões nela ocorridas, sempre atendidas sem difficuldade.

E, sendo assim, não será de estranhar que a alguma das ilhas da Holanda, quer no arquipelago de Sonda, na Oceania, ou em outra das numerosas e vastas que possui na América, esteja reservado o mesmo destino, que outrora teve a ilha de Santa Helena.

Não há que duvidar: a história repete-se.

18-2-1920.

GENERAL MORAES SARMENTO

<sup>1</sup> A exactidão desta asserção acha-se comprovada pela espécie de bloqueio, que a Inglaterra tem estabelecido nas costas da Holanda, tendente a frustrar a evasão de Guilherme II. Um telegrama de Londres, datado de 12 de fevereiro corrente, e publicado na imprensa estrangeira, anuncia que um contratorpedeiro inglêz deteve no mar alto um navio alemão, que se supunha transportar o antigo Kaiser. A suspeita proveiu da extraordinária parecença, que o capitão dêste navio tinha com o Imperador, mas, esclarecido o caso no porto alemão ao qual foi conduzido o navio capturado, seguiu êste livremente ao seu destino.

# A CAMPANHA DOS DARDANELOS

## PRIMEIRA PARTE <sup>1</sup>

### **Estrategia e politica**

Em 1836, um capitão prussiano, que depois havia de ser o marechal Von Moltke, em seguida a um reconhecimento dos Dardanelos, afirmava que, se os fortes fossem convenientemente armados, nenhuma esquadra os poderia passar, e que o desembarque de um exército para os tomar de revés, estava longe de ser operação fácil.

Do mesmo parecer era o Estado Maior inglês em 1906, considerando que a acção puramente naval era muito para desaconselhar, em vista dos riscos que envolvia. Em Setembro de 1914, por ordem do governo inglês, uma comissão mixta que estudou o assunto chegou à conclusão seguinte: «Um ataque à Península de Galipoli, feito do lado do mar (de fora do Estreito), seria provavelmente operação de uma dificuldade extrema».

As defesas tinham sido melhoradas nos ultimos anos, durante as guerras Turco-italiana e dos Balkans, e durante os meses que precederam a entrada da Turquia na Grande Guerra, o que tornava menos provavel ainda o êxito de um ataque naval.

A idea de um ataque em forma aos Dardanelos começou a ser discutida no War Council em 25 de Novembro de 1914, afirmando Mr. Churchill que «a melhor forma de defender o Egipto era fazer um ataque em um ponto da Turquia Asiatica», e, como um desenvolvimento desta idea, alvitrou um ataque a Galipoli, o qual, se tivesse exito, daria aos aliados o

---

<sup>1</sup> Dividimos este estudo em tres partes: Primeira, Estrategia e Politica; Segunda, Ataque Naval Directo; Terceira, Ataque Combinado.

*contrôlo* dos Dardanelos, permitindo-lhes cortar as comunicações turcas e ditar condições em Constantinopla.

Por êste tempo, estava dividida a opinião dos membros profissionais do conselho, parecendo, contudo, todos de acordo em que, a fazer-se um ataque aos Dardanelos, devia ser uma operação combinada, e não um ataque puramente naval. Só as circunstancias obrigaram a proceder de modo diverso.

Efectivamente, um telegrama de Petrogrado, de 2 de Janeiro de 1915, pedia que fosse feita uma demonstração com o fim de distrair da frente do Caucaso algumas das tropas turcas. Lord Kitchener, não tendo tropas disponiveis na occasião, para um desembarque, era de opinião que o único lugar onde uma demonstração poderia ter algum efeito, detendo os reforços turcos, que seguiam para Leste, seria nos Dardanelos.

No mesmo dia, o Almirantado telegrafava ao vice-almirante Carden, comandante das forças navais inglesas no Mediterraneo:

«Julga operação viavel forçar os Dardanelos, empregando apenas navios?... A importancia do resultado justificaria grossas perdas. Dê conhecimento do seu parecer».

O almirante Carden respondeu em 5 que julgava que os Dardanelos não poderiam ser passados de surpresa (*rushed*), mas que poderiam ser forçados por meio de operações prolongadas, com um grande número de navios, segundo um plano de ataque que consistia em:

- (a) Destruição das defesas à entrada.
- (b) Acção a dentro do estreito, de forma a limpar as defesas interiores até à bateria n.º 8, da Ponta Cephez, inclusivé.
- (c) Destruição das defesas da parte mais estreita do canal.
- (d) Rocega para abertura de uma passagem no campo de minas, e penetração na parte mas estreita, seguida de uma redução dos fortes mais interiores, e avanço para dentro do mar de Marmara.

Reunido o War Council em 13 de Janeiro, Mr. Churchill informou o Conselho de situação, e advogou a realização do ataque naval, reproduzindo a opinião do almirante Carden, que não era realizavel passar os Dardanelos de surpresa, mas era possível demolir os fortes um a um, pois que, sendo ar-

maços em geral com peças antigas, apenas de 35 calibres, os navios poderiam efectuar o seu objecto atacando os fortes fora do alcance das bôcas de fogo dêstes. Uma vez reduzidos os fortes, o que levaria algumas semanas, limpar-se-hiam os campos de minas, e a armada poderia penetrar até Constantinopla e destruir o *Göeben*.

A esta exposição optimista de Mr. Churchill veio juntar-se o parecer prestigioso de Lord Kitchener, que entendia que o plano merecia ser experimentado. Mas, o que certamente acabou de decidir o Conselho foi a sua afirmação de que na ocasião não tinha tropas disponiveis, afirmação que o conselho aceitou sem averiguar quando as haveria.

Como a questão estava posta ao Conselho, êste só podia tomar uma de duas decisões: ou não empreender nenhuma operação, por enquanto, ou ordenar um ataque puramente naval.

Os dois técnicos navais, presentes à reunião do Conselho, Lord Fisher e Sir Arthur Wilson, conquanto preferissem um ataque combinado, não fizeram nenhuma objecção, porque consideraram as operações como experimentais, e como podendo cessar se os primeiros resultados não fôsem satisfatórios.

Foi a seguinte a decisão do Conselho: «O Almirantado prepare para uma expedição naval em Fevereiro, para bombardear e tomar a Península de Galipoli, com Constantinopla como seu objectivo».

Foi esta decisão precipitada que a Comissão de inquérito não julgou justificada pela urgência, que não era tal que não comportasse um pequeno adiamento, de forma a permitir que os técnicos militares e navais fizessem um profundo e completo exame da situação.

Em 28 de Janeiro reúne novamente o War Council, chegando a uma decisão já diferente da adoptada na primeira reunião. Entre as vantagens que o conselho reconheceu que possuía a operação contra os Dardanelos, figuravam as seguintes:

- (1) Cortaria o exército turco em dois.
- (2) Poria Constantinopla sob o domínio dos Aliados.
- (3) Fixaria definitivamente a atitude da Bulgária e de todos os Balkans.

(4) Poria à disposição dos aliados o trigo russo, permitindo à Rússia renovar as suas exportações.

(5) Abriria uma passagem para o Danubio,

(6) Quando feita com exito, equivaleria a uma campanha vitoriosa, feita com os novos exércitos de Kitchener.

(7) Oferecia a possibilidade de se desistir do ataque, se não se fizessem progressos satisfatórios.

Para realizar todos êstes objectos, na opinião do Conselho, o comandante das forças navais necessitava de tres a quatro semanas, e os navios a empregar estavam já a caminho dos Dardanelos.

Nem Lord Fisher, nem Sir Arthur Wilson, manifestaram a sua opinião no Conselho. Por outro lado, os membros dêste, que vagamente conheciam que Lord Fisher não estava de acôrdo com Mr. Churchill, não procuraram informar-se da opinião daquele, que, de motu proprio, a não apresentou, porque não desejava ter uma altercação com o seu chefe no Conselho, só tendo, em seu entender, dois caminhos a seguir: o silencio, ou a demissão.

Com a decisão tomada nesta sessão, entra-se na terceira fase de negociações. Em vez de *preparar* para um ataque aos Dardanelos, como na primeira reunião, decidiu-se que o ataque seria realizado, *pela marinha apenas*, com Constantinopla como objectivo final.

Depois desta reunião ia-se tornando cada vez mais aparente a necessidade de empregar uma grande fôrça militar, e abandonando-se gradualmente a idea de uma operação puramente naval.

A 16 de Janeiro, em uma reunião do Gabinete, resolveu-se, devido à situação no Egipto e a alterações nos planos de campanha na frente occidental, concentrar uma fôrça militar considerável na Mediterrâneo, para ser empregada como as circunstancias o exigissem. As decisões a que se chegou, e nas quais se incorporaram as anteriores do War Council, foram como segue:

1.º Enviar uma divisão (a 29.<sup>a</sup>) para Lemnos, o mais cedo possível, podendo talvez partir dentro de nove ou dez dias.

2.º Tomar disposições para ser enviada uma fôrça do Egipto, se fôsse necessária.

3.º Todas estas fôrças, com os batalhões de infantaria de

marinha, já enviados, estariam disponíveis para, em caso de necessidade, apoiarem o ataque naval aos Dardanelos.

4.<sup>o</sup> Com a 29.<sup>a</sup> divisão seguiriam batelões para o desembarque de cavalos, e o Almirantado procuraria reunir no Levante o material de desembarque: pequenas embarcações, rebocadores e batelões.

5.<sup>o</sup> O Almirantado prepararia transportes e batelões para a condução e desembarque de 50.000 homens, em qualquer ponto onde pudessem ser necessários.

Desta decisão nasceu a consideração de uma operação combinada, militar e nával, contra os Dardanelos. Era o que poderemos considerar como a quarta fase das negociações: Não tinha sido ainda decidido definitivamente o emprego de tropas em larga escala, mas apenas que elas estariam concentradas, em prontidão, para o caso de ser requerido o seu auxilio.

De facto, apesar de ficar assente que a 29.<sup>a</sup> divisão partiria a 22, no dia 19 começou o bombardeamento pelos navios, evidentemente ainda com o fim de tentar o ataque puramente naval.

O War Council reúne em 19, 24 e 26 de Fevereiro, e nas suas reuniões trava-se grande discussão. Desaparecera por completo a possibilidade de interromper a operação, mas a parte que incumbiria ao exército, continuava em dúvida.

Em 13, Lord Kitchener telegrafava ao general Birdwood, que estava a partir do Egipto, para tomar o comando das tropas dos Dardanelos, que informasse subseqüentemente se o almirante Carden considerava necessário o emprego de tropas para a captura dos fortes, e, em tal caso, de que fôrça carecia; se seria necessária uma fôrça de desembarque para tomar os fortes de revés, e, em geral, de que maneira se entendia empregar as tropas.

Entretanto, o Almirantado, em cumprimento da decisão de 16, preparava os transportes para a 29.<sup>a</sup> divisão, a qual, como foi dito, devia partir a 22; mas, a 20, Lord Kitchner manda prevenir o Almirantado de que a divisão não partiria. Mr. Churchill fez as maiores instâncias para que a divisão seguisse, mas Lord Kitchener foi de opinião que a divisão naval e a infantaria de marinha, juntamente com as tropas australianas e da Nova Zelandia, que se propunha trazer do Egipto, constituiriam uma fôrça adequada.

O Conselho decidiu conforme o parecer de Lord Kitchener. No espírito dêste existia ainda a possibilidade de conseguir a passagem por meio de uma operação puramente naval.

Com a reunião de 26 entra-se na quinta fase das negociações. Em 16 de Fevereiro, fôra decidido empregar tropas em grande escala. A decisão mantinha-se, mas era agora adiada a sua execução. Ao mesmo tempo, não tinha sido abandonada a idea de forçar os Dardanelos pela acção exclusiva dos navios.

Chegado aos Dardanelos, o general Birdwood telegrafa duvidando da capacidade dos navios para forçarem, por si sós, a passagem, e considerando como optimistas as previsões do almirante Carden.

Em 10 de Março, Lord Kitchener, mais tranquilo sôbre a situação nos outros teatros da guerra, e possivelmente impressionado com os relatos do general Birdwood, resolve enviar a 29.<sup>a</sup> divisão. E chegamos neste ponto à sexta fase das negociações. Em 10 de Março, revalida-se a decisão de 16 de Fevereiro. Entretanto, tinham-se perdido três semanas de tempo precioso.

Nos começos de Março, fôra resolvido enviar Sir Ian Hamilton, como comandante da expedição militar aos Dardanelos. Nas suas instruções lia-se:

«A marinha empreendeu o forçamento da passagem dos Dardanelos. Nesta conjuntura, o emprego das fôrças militares, em larga escala, só deve ser considerado no caso em que a marinha não consiga passar, depois de esgotados todos os esforços.

«Tendo-se iniciado a execução do projecto de forçar o Estreito, não pode pensar-se em abandonar o plâno».

Em 19 de Fevereiro, iniciara-se o ataque naval pelo bombardeamento dos fortes exteriores, com apreciáveis resultados. Mas, no fim da primeira semana de Março, tornaram-se apparentes as dificuldades. Preocupado com a incapacidade da esquadra para infligir danos decisivos aos fortes, Mr Churchill, pretende substituir a redução gradual por um grande *tour de force*. Entre 10 e 16 troca telegramas com o almirante Carden, para que êste apresse a decisão, ainda mesmo à custa de perdas lamentáveis, fixando-se para 17 de Março a data dêste grande ataque, se o tempo o permitisse. O almirante



Carden concorda, mas é de parecer que, de forma a assegurar a sua linha de comunicações, logo que a esquadra entrasse no mar de Mármara, deviam começar imediatamente as operações militares em larga escala.

Em 16, o almirante Carden adoece, e assume o comando o almirante De Robeck.

Depois do bombardeamento de 18 de Março, em que as perdas em navios foram muito sérias, o almirante de Robeck telegrafava: «Parece estar averiguado o poder da armada de dominar as fortalezas pela superioridade de fogo. Ter-se-hão de encontrar vários outros perigos e dificuldades, mas nada tem acontecido que justifique a crença de que o custo do empreendimento exceda o que sempre se esperou, e para o que se tomaram as necessárias medidas.»

O War Council, na reunião decidiu informar o almirante De Robeck de que poderia «continuar as operações navais contra os Dardanelos, se julgasse conveniente.»

De forma diferente do almirante pensava o general Ian Hamilton, pois que, tendo assistido ao bombardeamento de 18 pelos navios, telegrafava em 19 a Lord Kitchener que era levado à conclusão que havia menos probabilidade de os Dardanelos serem forçados pelos couraçados, do que a principio parecia, e que, se o exército tinha de participar, as suas operações não assumiriam a forma subsidiária prevista. «O papel do exército não será o caso de destacamentos de desembarque, para destruição de fortes, etc., antes o caso de uma operação militar deliberada, executada em fôrça, de forma a assegurar a passagem da esquadra.»

Parece que só o pêso da opinião do general Hamilton levou o almirante a aceitar a eloquência dos factos, telegrafando a 23 que lhe parecia preferível adiar as operações para Abril, para se fazer o ataque combinado.

Um outro facto novo tinha resultado da chegada de Sir Ian Hamilton.

Em 15 de Março, tinham-se concentrado em Mudros (ilha de Lemos) os transportes com as tropas expedicionárias inglesas, as quais, juntas às francesas, reunidas em Bizerta, somavam cêrca de 100.000 homens. Mas, logo depois, se reconhecia que os transportes tinham sido mal estivados: as peças e as munições, que seriam de necessidade imediata, logo de-

pois do desembarque, eram inacessíveis, por estarem arrumadas nos porões, por baixo de tendas e abastecimentos. Sir Ian Hamilton objectou energicamente a efectuar o ataque imediatamente, porque considerava que, para assegurar um desembarque eficaz, quasi toda a frota de transportes precisava de voltar ao Egipto, desembarcar o carregamento, e carregar de novo.

Assim foi decidido, mas nem por isso cessou o bombardeamento pela esquadra, apesar de se saber que as tropas não poderiam estar de regresso antes de 14 de Abril.

Em 26 de Março, o almirante De Robeck telegrafava ainda: «Na minha opinião, o cheque de 18 de Março não é decisivo, mas em 22 de Março conferenciei com o general Hamilton, ouvindo o seu parecer, e actualmente penso que, para obter resultados importantes, e para conseguir o objectivo da campanha, será essencial uma operação combinada».

Mr. Churchill lamentou muito êste telegrama, que envolvia uma mudança completa de plano, exactamente quando, na sua opinião, *o êxito completo estava tão próximo*. Segundo êle, tanto o Primeiro Ministro, como Mr. Balfour, se inclinavam a favor da sua opinião, mas como os conselheiros profissionais e o almirante que se encontrava no local lhe eram contrários, era impossivel prosseguir.

Chegamos assim à ultima fase do periodo que a comissão de inquérito designa por «origem e princípio das operações dos Dardanelos».

Os transportes retrocederam para o Egipto, para carregarem de novo e aperfeiçoarem os preparativos para o desembarque em fôrça. Só a 26 de Abril se efectuou o famoso ataque combinado, em que as tropas desembarcaram cobertas pelo fogo da artilharia da esquadra, mas sem que préviamente houvesse um bombardeamento sério pelos navios.

O papel principal veio a caber ao exército, do qual as fôrças navais foram apenas um auxiliar, embora indispensavel.

Em Agosto seguinte, efectua-se o desembarque de novas fôrças, à custa de numerosas pêrdas, como o de Abril, mas os resultados táticos foram sempre insignificantes, e em Janeiro de 1916 o empreendimento foi abandonado.

Conquanto util como uma diversão para atrair fôrças inimigas para longe dos outros teatros de operações, a empresa

dos Dardanelos falhou na realização do seu objectivo principal, tendo custado 125:000 baixas, entre mortos, feridos, doentes e desaparecidos, 6 couraçados, sendo 5 ingleses e um francês, e 200 milhões de libras, além do valor dos navios.

A decisão de forçar os Dardanelos foi uma das operações da Grande Guerra cuja oportunidade maiores críticas sofreu. E' certo que, realizada com êxito, uma tal operação poderia ter efeitos que se repercutiriam imediatamente, tanto no teatro oriental, como no teatro ocidental das operações.

A situação da Rússia era na realidade difícil: com alguns milhões de homens mobilizados, e um excesso de produção de cereais, de que tanto careciam os Aliados, encontrava-se praticamente isolada do resto do mundo, não podendo receber, senão com enormes dificuldades, e em quantidades insignificantes, artelharia, munições e outros abastecimentos necessários à guerra. Acrescia, por outro lado, que, com a operação, se poderia cortar a corrente dos recursos em homens, viveres e matérias primas, que para os inimigos vinham em grande parte da Asia Menor, e ao mesmo tempo se inutilizava qualquer possível ameaça à India e ao Egipto.

Os resultados políticos eram igualmente importantes, conduzindo ao termo das hesitações de alguns povos balcanicos, e contrabalançando as operações vitoriosas dos alemães contra a Rússia, ao mesmo tempo que a queda de Constantinopla equivaleria à inutilização da ofensiva turca.

Assim o pensavam os homens de Estado ingleses, e por isso a operação foi empreendida. Mas, de comêço, tanto Lord Fisher (Primeiro Lord Naval), como Lord Kitchener (Ministro da Guerra), contavam apenas com uma operação de diversão, e não com uma verdadeira campanha. Por isso os vemos ir discordando dos entusiasmos de Mr. Churchill, para, por fim, aceitarem a situação, porque era impossivel recuar, sem uma pêrda de prestigio muito prejudicial.

Uma campanha nos Dardanelos, no comêço de 1915, quando a frente ocidental era, não só predominante, mas a única em que podiam reunir-se todas as fôrças francesas e inglesas, constituia uma violação do princípio da concentração do esforço, no tempo e no espaço.

Um outro princípio foi violado. Os navios não são construídos especialmente para combaterem as obras de costa, e uma grande fortaleza marítima não cai simplesmente aos ataques feitos pela frente de mar. Sob este ponto de vista, a operação constituiu um errado emprêgo das forças, e «toda a história da guerra moderna era um aviso em contrário». As possibilidades de forçamento não podem, contudo, negar-se, em certos casos. Tudo se resume a considerar se a importância do sacrificio, que elle pode acarretar, está em proporção com os resultados a conseguir.

Mas, tendo os navios conseguido passar os Dardanelos para dentro, pode-lo-hiam fazer de novo para fora? Nenhum almirante zeloso da sua reputação podia esquecer a experiência do almirante Duckworth, em 1807, nos mesmos Dardanelos.

Cortados praticamente de todo o apoio, os navios ver-se-hiam obrigados a defrontar-se e a ter que vencer numerosos obstáculos, dentro do mar de Mármara. Além disso, o refôrço, ou a retirada da esquadra oferecia problemas da maior dificuldade. Foi por isso mesmo que vimos o almirante Carden insistir em que, logo que a esquadra operasse o forçamento, se iniciassem as operações militares em larga escala na península de Galipoli, «de forma a assegurar a sua linha de comunicação»; modo de proceder este que era dos mais arriscados, apesar de tudo.

Compreende-se facilmente que os membros do War Council, que não tinham conhecimento dos princípios da guerra, se deixassem influenciar pelas exposições de Mr. Churchill. Mas o que se não compreende é o silencio dos almirantes presentes, o qual correspondia a uma aprovação tácita aos planos de Mr. Churchill. Não houve ninguem para informar os ministros de que a noção das peças de marinha, demolindo fortes, enquanto se conservavam fora do alcance destes, estava em flagrante contradição com as opiniões dos officiais do Estado Maior, que em 1906 tinham estudado a questão. E que, de facto, a idea de um ataque puramente naval era contrária a toda a opinião profissional, excepto possivelmente a do almirante Carden, pois que o proprio almirante Le Robeck, que executou a parte mais importante do ataque, e a que causou as mais sérias perdas, declara que o fez porque lho ordenaram, sem que o consultassem sobre qual era preferivel.

Efectivamente, da exposição dos factos resulta que aqueles que conheciam a situação no local não se iludiam com os resultados. O bombardeamento de 18 de Março, a que assistiu o general Hamilton, convenceu-o de que era indispensavel a operação combinada, e de certo convenceu o almirante De Robeck, que, não o patenteando immediatamente, e até, ao contrário, insistindo pela continuação do bombardeamento, quatro dias depois se confessa convertido aos bons princípios, optando decididamente pela operação combinada, e em 26, tendo ouvido o general Hamilton, a considera *essencial*.

Só a precipitação na decisão levou a aceitar a solução contrária aos princípios—o ataque puramente naval. Lord Kitchener aceita-o porque, no seu espírito se tratava de uma diversão, que se podia interromper em qualquer altura; por seu lado, o Conselho, aceitando como boas as declarações do ministro da guerra, de que não havia forças disponiveis do exercito para cooperarem, e as afirmações de Mr. Churchill, de que a operação era viavel (sem cuidar de ouvir os técnicos), e reconhecendo, por outro lado, a importância estratégico-política da operação, aceita precipitadamente o plano apresentado.

Deste modo, o plano de Mr. Churchill foi aceito sem crítica. Das sete vantagens que enumerámos, e que o conselho lhe reconheceu, a ultima verificou-se que não teve possibilidade prática, e todas as outras difficilmente a teriam, sem a tomada de Constantinopla, operação cujo conseguimento ninguem poderia considerar como provavel, sem um exercito.

Os técnicos presentes justificam o seu silencio com o fundamento que era seu dever não exprimirem no Conselho o seu desacôrdo com o Primeiro Lord do Almirantado (Mr. Churchill). Mas, neste caso, de que servia a sua presença? «Qual era o seu objecto senão assegurar que a teoria da guerra naval, na sua applicação ao plano proposto, fôsse levada ao conhecimento dos membros políticos? Como podem eles escapar ao dilema de que, ou não conheciam o assunto, ou, se o conheciam, se conservaram silenciosos, enquanto estava sendo tomada uma decisão errada?»<sup>(1)</sup>

(1) Spencer Wilkinson, *Common Sense in War, The Nineteenth Century and After*, Setembro de 1917.

Técnicos distintos, como eram, diz o relatório de inquérito, deviam ter compreendido que as questões a decidir eram de natureza tão técnica, que nada, a não ser a opinião dos peritos, podia ser de algum valor, e que nenhum dos membros do Gabinete, com assento no Conselho, tinha qualquer conhecimento naval tecnico. Por isso, embora lhes não fôsse expressamente pedido que expuzessem as suas opiniões, deviam tê-lo feito.

Pela organização do Almirantado, era o Primeiro Lord Naval (Lord Fisher) o conselheiro técnico responsavel do Primeiro Lord do Almirantado (Mr. Churchill). Por isso, o ponto de vista naval devia ser estudado, formulado e transmitido a Mr. Churchill por Lord Fisher, e por mais ninguém. Contudo, do relatório de inquérito deduz-se que ele colheu directamente as opiniões de um certo numero de subordinados de Lord Fisher, e delas utilizou apenas a parte que favorecia a sua orientação preconcebida.

A opinião de Lord Kitchener, favoravel à operação, produziu tambem uma grande influencia no Primeiro Ministro. Mas, na verdade, ela derivava de informações fornecidas por Mr. Churchill, e que Lord Kitchener aceitou sem as verificar para o que, aliás, possuía os elementos. Numa comunicação lida ao War Council em Maio, Lord Kitchener diz:

«Quando o Almirantado propoz o forçamento da passagem dos Dardanelos, apenas por meio da esquadra, tive duvidas sôbre se a tentativa teria êxito, mas fui levado a considerá-la possivel pelas afirmações do Primeiro Lord àcerca da potencia do *Queen Elizabeth* e pelos documentos do Estado Maior Naval, que mostravam como a operação devia ser conduzida... Lamento ter sido levado a concordar, devido ás afirmações feitas, particularmente quanto á potencia do *Queen Elizabeth*, da qual eu não tinha meios de ajuizar».

Apesar de tudo, a Lord Kitchener cabe uma parte da responsabilidade, não só pelas dificuldades que de princípio fez ao envio das tropas, como porque não levou ao Primeiro Ministro a informação sôbre as opiniões militares que, durante dez anos de trabalho devotado, se tinham acumulado no Estado Maior do Ministério da Guerra. A' comissão de inquérito foi dito que ele era «o seu proprio chefe de E. M.»; por

outras palavras, que desconhecia o Ministério da Guerra, a não ser como um instrumento da sua vontade. <sup>(1)</sup>

O ensinamento a tirar das decisões do War Council é que, antes de formarem a decisão, os dirigentes políticos precisam de possuir, para os guiar, um cuidadoso exame da situação, feito pelos técnicos, militares ou navais, ou ambos, como neste caso, e baseado em um sólido conhecimento dos princípios, ou da teoria da guerra.

«Para que o país tenha a segurança de que será feito o melhor emprêgo das fôrças que, com tanto sacrificio, foram postas à disposição do governo, para que tenha a garantia de que os seus homens, o seu dinheiro e os seus navios não tornarão a ser desperdiçados em vão, no todo, ou em parte, é necessario que se tomem as medidas convenientes a assegurar que, antes que o govêrno emita instruções ao exercito, ou à marinha, as ordens propostas tenham sido submetidas ao exame e tenham recebido a aprovação de alguém que seja mestre nos principios da guerra.» <sup>(1)</sup>

Outros erros foram cometidos, quer como consequencia do ataque naval, quer na execução dele. Assim, o ataque naval, cujas fracas probabilidades de êxito podiam ser razoavelmente previstas, fez perder a vantagem que resultaria de um ataque combinado de surpresa. Foi tambem a conclusão a que chegou a comissão de inquérito: «a possibilidade de fazer um ataque anfíbio à Peninsula de Galipoli oferecia vantagens políticas e militares tão grandes, que foi errado e mal avisado sacrificar esta possibilidade à decisão precipitada de empreender um ataque puramente naval, que, pela sua natureza, não poderia alcançar completamente os objectivos enunciados nos termos da decisão.»

O resultado foi dar o alarme ao inimigo, que deu uma maior intensificação aos seus preparativos de defesa, aliás já apressados, devido ao aviso que lhe forneceu o bombardeamento de dez minutos, feito contra os fortes exteriores, em 3 de Novembro de 1914.

O tempo concedido ao inimigo permitiu-lhe melhorar as defesas e criar condições tais, que obrigaram à adopção de

<sup>1</sup> Spencer Wilkinson, loc. cit.

<sup>2</sup> Spencer Wilkinson, loc. cit.

um plano em que as operações dos Dardanelos se transformavam em uma campanha terrestre de grande magnitude. Em vez de destacamentos de desembarque, ameaçando os fortes pela retaguarda, ao mesmo tempo que a marinha procuraria forçar o caminho do Estreito, ha a necessidade de desembarcar uma força capaz, pelo menos, de conquistar os Dardanelos.

O interesse decisivo das operações transferiu-se do mar para a terra, e os exércitos aliados tiveram de travar uma série de batalhas, com o objectivo, não só de facilitar a tarefa da marinha, mas também de permitir a esta penetrar no mar de Marmara, em vez de abrir ela mesma o caminho, combatendo.

Depois da decisão no War Council de 16 de Fevereiro, só havia dois caminhos a seguir: ou reconhecer que não era possível enviar de momento uma força expedicionaria, e abandonar o ataque puramente naval, visto estar averiguado que eram necessárias operações militares em larga escala, solução que trazia, evidentemente, uma grande perda de prestigio; ou aceitar os riscos que se podiam correr em outros teatros, fornecendo a este a necessária força militar, para um rápido e bem organizado ataque combinado.

Nenhum dos caminhos se adoptou. Durante tres semanas houve vacilações, especialmente quanto ao envio da 29.<sup>a</sup> divisão, por Lord Kitchener, e, quando finalmente se decidiu, a oportunidade tinha passado, tendo-se entretanto continuado com a operação naval.

Finalmente, um outro erro resultou do mau estivamento das cargas dos transportes, o que veio trazer um novo adiamento às operações e uma clara indicação aos inimigos sobre as intenções dos Aliados, não deixando lugar a dúvidas a sua primeira concentração de forças em Lemos.

Nesta ocasião havia também a escolher entre dois modos de proceder: ou efectuar o ataque combinado imediatamente, sofrendo o inconveniente do mau estivamento dos transportes; ou demorar o ataque por terra até que a dificuldade pudesse ser remediada, com o inconveniente de perder um tempo precioso. Foi este ultimo o caminho adoptado, o que por muitos tem sido considerado como o erro fatal da campanha, por ter dado aos turcos mais quarenta dias para completarem as suas defesas.



Afirma-se que Enver Pachá declarara mais tarde que a demora lhes permitiu fortificar completamente a Península e transportar para ali mais de 200 bôcas de fogo Skoda. As demoras sucessivas, e não apenas esta última, que outro êrro tornou inevitavel, foram as causas do insucesso.

«No comêço de 1915, os aliados sabiam perfeitamente que os turcos não tinham outras tropas na Península de Galipoli, a não ser as guarnições dos fortes; ter-se hia então tomado posse, sem dificuldade, de todos os fortes da encosta Norte do Estreito, se se tivesse operado por surpresa, e se tivessem desembarcado 40.000 homens, ao mesmo tempo que os coraçados teriam atacado de frente as baterias.»

«Esta expedição dos Dardanelos é particularmente instrutiva: fornece-nos um exemplo notavel daquilo que se não deve fazer.»<sup>1</sup>

ALFREDO BOTELHO DE SOUSA

---

<sup>1</sup> Almirante Daveluy, *Les Enseignements Maritimes de la Guerre Anti-Germanique*, pag. 103-4.

## Em tórno da reorganização do exército

### A defesa da nossa fronteira marítima

A defesa do extenso litoral oceânico português, na metrópole, nas ilhas adjacentes e nas colónias, não tem até ao presente, ocupado o lugar que merece nas preocupações dos nossos homens de Estado.

Dois motivos é costume alegar para explicar êsse estranho indiferentismo, em face dêsse capítulo importantíssimo do problema da Defesa Nacional: a supramacia naval da nossa antiga e fiel aliada, a Grã-Bretanha; e a escassez de recursos financeiros.

Ora aquela supremacia, mostra-o a experiência da grande guerra <sup>1</sup> que há pouco acabou, não é sempre suficiente para garantir, ás próprias fronteiras marítimas da nação que a possui, uma completa inviolabilidade — o que, de resto, só pode surpreender quem nunca estudasse um pouco profundamente tais assuntos —; e quanto á pobreza do nosso tesouro, fácil seria provar que, em cousas bem menos necessárias e úteis, se tem desperdiçado muitas vezes o que requereria a execução dum plano modesto, mas bem estudado, que tivesse sido confiada a um organismo competente e que fôsse dividida por alguns anos sucessivos.

As conseqüências que virá a ter, para o equilíbrio mundial, a derrota dos Impérios Centrais, não podem ainda prever-se com segurança. Mas que a Liga das Nações torne as guerras impossíveis, é cousa de que parece duvidarem mesmo

---

<sup>1</sup> Bombardeamentos de Yarmouth, Scarborough, Hartlepool, Whitby, Harwich, Margate, Broadstairs, Dover, na metrópole e de Madrasta na Índia; incursão em Penang e destruição da estação de T. S. F. e cabos submarinos nas ilhas dos Cocos.

os seus mais entusiásticos propagandistas; nem, por enquanto, se avista o fim das cubiças e rivalidades que dividem os povos, sem o qual será utópico esperar que a paz reine na terra.

Pelo contrário: novas tendências imperialistas surgem além do Oceano; os armamentos crescem, mesmo onde dantes eram limitados; surgem conflitos todos os dias que só talvez a incerteza ácerca do futuro reagrupamento das alianças, impede que se transformem em novas guerras.

Deveremos nós, perante os perigos do passado e as ameaças do porvir, continuar a cultivar o tradicional comodismo, que é simbolizado pelo «amanhã» que nunca chega?

Está-me a lembrar o grito dêsse grande prosador que habita longe da Pátria, Venceslau de Moraes: Acorda Portugal, acorda Pai!...

Somos aliados da Inglaterra. Mas as alianças não são pactos sentimentais, são contratos que a ambas as partes impõem deveres, sob pena de se transformarem em protectorados.

Se pretendemos que a Inglaterra nos defenda contra qualquer inimigo marítimo, devemos poder dar-lhe, em troca, qualquer cousa que compense o esforço que lhe pedimos. Que compense, note-se, não que recompense. Não se trata de um pagamento de serviços; trata-se de uma troca de interesses.

Precisando: no caso duma guerra com uma potência marítima, esperamos da nossa aliada que conserve abertas as nossas linhas de comunicações marítimas com as colónias e os países amigos e que evite um grande desembarque nas nossas costas de aquem e além mar; em troca oferecemos-lhe pontos de apoio para as suas esquadras, em situação estratégica favorável e bem defendidos: há compensação. Mas se, como seria o caso actualmente, apenas lhe podéssemos oferecer—com uma única excepção e essa mesmo imperfeita—portos abertos, sem defesa organizada e com escassos recursos para o reabastecimento e reparação dos seus navios, o caso seria bem diferente.

Não foi ao acaso que apresentei êste exemplo. O conhecido «triângulo estratégico» Lisboa-Açores-Cabo Verde, que possuímos no Atlântico, tem uma importância capital para a

Grã-Bretanha e representará, decerto, um papel importantíssimo em qualquer luta que tenha por teatro êsse mar.

Não pertence ao número das hipóteses absurdas uma guerra futura em que a nossa aliada e os Estados Unidos da América se encontrem em campos adversos; a grande república defronta-se no Oriente, com o Japão, aliado da Inglaterra, quando pretende expandir o seu comércio para a China, e não há muito que um dos seus homens de Estado apresentou um programa de construções, para a marinha de guerra, que alarmou a opinião pública inglesa, pois esta viu nele uma ameaça á sua supremacia naval.

Realmente se, para a Inglaterra, o domínio dos mares representa uma necessidade primordial, porque o Império Britânico é uma cadeia cujos elos o mar reúne e a metrópole não produz o suficiente para manter a própria população, os Estados Unidos não podem justificar uma aspiração a êsse domínio com razões de semelhante pêsso; e não são de molde a dissipar aquela inquietação, nem os projectos de organização dum poderoso exército, nem certas afirmações produzidas no decorrer da campanha que, nesse país, se tem feito contra a ratificação do tratado de Paris e a entrada dele na Liga das Nações.

Mas, mesmo que essa hipótese nunca venha a realizar-se e que outros sejam os adversários que tenhamos a combater, nem por isso a defesa das costas terá para nós menor importância. No litoral temos algumas das nossas mais importantes cidades e junto dele corre, numa parte do seu percurso, a via férrea que liga o norte com o sul da metrópole; é nele também que está a capital, ao mesmo tempo base principal das nossas forças de terra e mar.

E se, contra tantos e tão valiosos objectivos, não devemos temer ataques consideráveis, que exigiriam tempo e dariam portanto ocasião á nossa aliada de intervir eficazmente, da mais elementar prudência será prever que sofrerão agressões, da natureza das que cruzadores, torpedeiros, submarinos e engenhos aérios alemães tantas vezes efectuaram contra as costas inglesas, ou doutras operações a que adeante me referirei.

Mesmo que possuíssemos uma esquadra, que não temos,

e que ela fôsse superior á do inimigo, essas agressões seriam sempre possíveis.

E' claro que não podemos pensar em defender todos os pontos vulneráveis; teremos que escolher alguns — os mais importantes, sob o ponto de vista militar — e abandonar os outros á sua sorte, salvo o recurso eventual a alguma fôrça móvel que se encontre nas proximidades. E, mesmo para os primeiros, convirá graduar a organização, conforme a potência dos meios de ataque que presumivelmente contra êles serão empregados.

Em matéria de defesa costeira, há um princípio, aparentemente paradoxal, que diz que ela mostra todo o seu valor quando não é atacada; menos concisamente, significa isso que as fortificações do litoral teem tanto menos probabilidades de entrar em acção, quanto melhor organizadas fôrem, isto é, quanto maiores fôrem os riscos que o adversário tenha que correr, para as dominar.

Na guerra naval, com efeito, as decisões assentam quasi sempre, senão sempre, essencialmente, num balanço prévio entre os ganhos e perdas prováveis. A missão principal dos navios de guerra é a luta contra o inimigo flutuante e não o ataque das costas; uma nação não se resolverá, portanto, a empenhar, ao menos as unidades mais importantes da sua armada, contra defesas costeiras capazes de lhe pôrem algumas fora de combate, senão em circunstâncias que, mostra-o a História, só excepcionalmente se realizam.

Assim, os almirantes americanos durante a guerra contra a Hespanha, como Togo em frente de Port-Arthur, tinham instruções para não arriscarem os seus couraçados sôb o fogo das baterias de terra e, mais recentemente, nos Dardanelos, apesar de se não temer uma intervenção da esquadra turca e de os navios agressores representarem, na frase de Churchill, uma "frota em excesso", o primeiro insucesso, em 18 de março de 1915, fez abandonar o plano do forçamento do estreito, só com as forças navais.

Mas, quando a fraquesa ou a falta de preparação da defesa garantem uma quasi certeza de impunidade — por vezes o conhecimento das disposições do adversário basta para

isso —, assiste-se á realização de empresas que, em tempo de paz se reputariam improváveis, por demasiadamente temerárias.

A Grande Guerra oferece disso exemplos numerosos; vejamos alguns.

Em 1 de agosto de 1914, a Alemanha declara, á tarde, guerra á Rússia; em 2 de madrugada, o cruzador alemão *Augsburg* bombardeia Libau, uma das bases russas no Báltico, destruindo várias instalações do pôrto e estaleiros de construção naval; em 4 os alemães ocupam a ilha de Aland, á entrada do gôlfo da Finlândia, para lhe servir de base ao bloqueio da esquadra russa concentrada nesse gôlfo.

Em 3 ás 22 horas e meia, é entregue em Paris a declaração de guerra alemã, em 4 ao romper do dia, o *Goeben* e o *Breslau* bombardeiam respectivamente Philippeville e Bône, portos designados para o embarque das tropas francesas do norte da Africa, para onde se dirigia a quási totalidade da frota francesa do Mediterrâneo que, na véspera á tarde, saíra de Toulon.

Nesse mesmo dia, á noute, o govêrno de Berlim entregava os passaportes ao embaixador inglês. Apesar da curta duração do período de tensão diplomática que precedera as primeiras declarações de guerra, a situação internacional fôra, logo de princípio, considerada extremamente grave, tendo-se tomado, por toda a parte, algumas medidas de precaução; na Grã-Bretanha, onde a marinha terminara as manobras por uma grande revista em Spithead, a desmobilização dos navios habitualmente em estado de meio armamento e as licenças ao pessoal tinham sido mesmo suspensas em 26 de julho, assim como a separação das esquadras que constituíam a «Home Fleet», de forma que esta formidável fôrça estava praticamente pronta a operar. Apesar disso, em 5 ao alvorecer, uma divisão de caça-torpedeiros ingleses encontra, perto da foz do Tamisa, um navio cujos movimentos se lhe tornaram suspeitos e que se pôz em fuga quando êles se aproximavam; perseguido pelo *Lance*, foi por fim afundado. Era o *Koenigin Luise*, da «Hamburg America Linie» que se ocupava em fundear minas, duas das quais destruíram, na manhã seguinte, o explorador *Amphion*, chefe da divisão.

As disposições estratégicas para o bloqueio da frota alemã

foram rapidamente tomadas; a superioridade das forças navais inglesas, ainda acrescida pela requisição dos navios em construção para alguns governos estrangeiros, levou aquela a renunciar a qualquer acção de vulto, no alto mar, mesmo quando os nossos aliados a foram provocar à baía de Helgoland (28 de setembro); mas os submarinos começaram a fazer sentir a sua acção e, além dos campos de minas defensivos, ambos os adversários trataram de estabelecer outros ofensivos em pleno mar.

A despeito de todos os perigos e, certamente, porque conheciam a disposição das forças inglesas e a situação dos seus campos de minas, uma divisão alemã, compreendendo cruzadores de batalha, aparecia, na madrugada de 3 de novembro, em frente de Yarmouth e, tendo avariado a canhoneira *Halcyon*, que só deveu a salvação, parece, a uma máscara de fumo estabelecida oportunamente por um destroyer, bombardeava a cidade, fóra do alcance das duas fracas baterias que a defendiam, retirando logo depois. Perseguida por dois submarinos ingleses, defendia-se lançando minas que afundaram um deles e, mais tarde, dois vapores de pesca.

Pouco mais de um mês depois, em 16 de dezembro, repetia-se a proeza, mas contra Scarborough, Whitby e Hartlepool, as duas primeiras cidades abertas e a última defendida por uma bateria de pouco valor. A operação durou cerca de uma hora, sendo importantes os estragos produzidos em terra pelo bombardeamento; ao mesmo tempo que êste se efectuava, eram fundeados dois campos de minas, um em frente de Hartlepool e outro ao norte de Scarborough.

Entretanto, dera-se a entrada na luta da Turquia, ao lado dos Impérios Centrais. Êsse facto estava previsto, desde o episódio da venda (?) do *Goeben* e do *Breslau* a essa nação, após se terem refugiado além dos Dardanelos para escaparem ás esquadras inglesas e francesas que os perseguiam; mas o que se não previra, provavelmente, fóra a forma que essa intervenção tomaria.

Em 29 de outubro, ás 2 horas e meia, alguns torpedeiros turcos penetravam no pôrto russo de Odessa e, sem nenhum aviso, afundavam a canhoneira *Donetz*, avariavam outros navios e, á saída, bombardeavam a cidade; ás 9 e meia, o *Midilli* (ex-*Breslau*) bombardeava Teodósia e o *Hamidieh* fazia

o mesmo a Novorossisk; em 30 ás 7 horas, o *Sultão Selim Javutz* (ex-*Goeben*) afundava, em frente de Sebastopol, o fundeador de minas *Pruth* e abria fogo contra a cidade; atacado por torpedeiros, incendiava um e retirava incólume.

No mesmo dia, o embaixador russo, em vista das agressões da véspera, pedia os passaportes; os seus colegas francês e inglês faziam o mesmo, mas as declarações de guerra da Inglaterra e França só em 5 de novembro eram entregues ao govêrno turco; contudo, já em 3 de manhã, uma esquadra anglo-francesa tinha bombardeado os fortes da entrada dos Dardanelos.

Em 22 de setembro, o cruzador ligeiro alemão *Emden*, que, desde o princípio dêsse mês operava na baía de Bengala, causando enormes pêrdas ao comércio inglês, apesar de perseguido por muitas unidades inglesas e japonesas, surgia, cêrca das 21 horas e meia, diante da cidade de Madrasta e bombardeava os depósitos de petróleo situados à entrada do porto, incendiando-os ao fim de meia hora, apesar do fogo das baterias de terra que o não atingiram. Seis dias depois, disfarçado com uma quarta chaminé falsa, entrava ás 5 horas no pôrto inglês de Penang (estreito de Malaca) e afundava com dois torpedos o cruzador russo *Jemtchug*, aí fundeado; á saída, atacado pelo contra-torpedeiro francês *Mousquet*, meteu êste a pique após um breve combate. Em 9 de novembro de manhã, aparecia o *Emden* em frente da ilha Direcção, do grupo dos Cocos, no Oceano Índico, onde existiam uma estação de T. S. F. e cabos submarínos ingleses, desembarcando uma fôrça que tratou de destruir os aparelhos; os empregados, porém, tinham tido tempo de lançar um radiograma noticiando a aparição de um navio de guerra estrangeiro, o qual foi recebido por uma divisão australiana que escoltava tropas e que destacou o cruzador *Sydney* para aquela ilha. No combate que daí resultou o *Emden*, muito avariado e incendiado, foi forçado a encalhar na ilha Keeling e a render-se, terminando assim a sua aventureosa existência.

A Itália declarou a guerra á Áustria em 23 de maio de 1915: esta estava já em guerra com a Inglaterra, a Rússia e a França e aquela só romperá com ela depois de ter terminado os seus preparativos; nem dum nem doutro lado se deveriam, pois, receiar surpresas. As forças navais da Itália, demais a



mais reforçadas pelas dos seus novos aliados, excediam consideravelmente as do império dos Habsburgos. Entretanto, a campanha inicia-se, no mar, por um ataque inesperado do mais fraco. Em 24, entre as 4 e as 6 horas, vários navios austríacos, isolados ou em grupos, efectuam uma série de bombardeamentos ao longo da costa italiana do Adriático, entre Veneza (atacada por aviões) e Bríndisi, visando as estações e obras de arte da via férrea marginal e os postos de torpedeiros.

Na noite de 1 para 2 de novembro de 1916, uma esquadilha de torpedeiros italianos penetra no pôrto de Pola, a principal base austríaca, e ataca a esquadra aí abrigada, tornando a sair, depois de uma acção que durou cêrca de seis horas, sem perder um só navio; os austríacos atribuíram o facto a terem sido cortados os telefones das defesas terrestres por espíões. Dois anos depois, quási dia a dia, na noute de 31 de outubro para 1 de novembro, um barco a motor italiano consegue outra vez penetrar no mesmo pôrto e torpedear o couraçado *Viribus Unitis*; o barco foi destruído e os seus tripulantes aprisionados.

Propositadamente escolhi, para esta longa enumeração, exemplos de feitos praticados nos primeiros dias, ou mesmo nas primeiras horas, após a quebra de relações diplomáticas e até num caso precedendo-a. O procedimento do Japão, em 1904, atacando a esquadra russa antes da declaração de guerra, era já bastante, ou devia sê-lo, para mostrar que esta não é já considerada senão como uma mera formalidade, antes destinada a advertir os neutros do que a prevenir o adversário de que as operações vão começar,

Mas há que atender a uma importante distinção, conforme se trata de operações marítimas ou terrestres.

Em terra, salvo no caso duma considerável desproporção de forças entre os beligerantes — como havia entre a Alemanha e a Bélgica, que tornou possível o ataque a Liège horas apenas após a declaração de guerra —, as operações de certa importância só serão possíveis depois de alguns dias, destinados á mobilização e concentração dos exércitos, que não podem conservar-se secretas e que, portanto, mesmo quando se efectuem antes da roptura das relações diplomáticas, advertirão o contrário.

No mar, todas as potências conservam permanentemente uma grande parte dos seus navios em condições de poderem entrar em acção instantaneamente, por assim dizer, e a saída para o mar duma esquadra não é acontecimento extraordinário e que chame as atenções, tanto mais que pode mascarar-se com as sombras da noute ou a pretexto de manobras.

Demais, as velocidades de deslocamento são bem diferentes.

Note-se, entretanto, que os elementos aérios, escapam a esta distinção.

As defesas marítima e anti-aéria, devem, pois, conservar-se num estado de preparação muito mais avançado do que que a terrestre; o melhor seria, mesmo, tê-las permanentemente em pé de guerra, mas, quando isso não seja possível, dê-se-lhes todo o material de que carecem e dotem-se de efectivos que lhes permitam pôr em acção esse material sem necessidade de qualquer refôrço; êste, quando vier, servirá para assegurar a permanência do serviço, pela organização de turnos.

Mas é tempo de voltar ao nosso problêma, para não alongar ainda mais estas já tão extensas considerações.

Precisamos de organizar a defesa do nosso litoral, na metrópole, nas ilhas adjacentes e nas colónias.

Essa defesa, em minha opinião, deve assentar nos seguintes princípios:

Concentrar a defesa num pequeno número de pontos, escolhidos pela sua importância militar;

Organiza-la por forma a fazer pagar cara, a um atacante marítimo, qualquer agressão;

Conserva-la sempre pronta a entrar instantaneamente em acção;

Proteger êsses pontos o melhor possível contra os ataques aérios.

Para isso é necessário:

Quanto ao material: nos pontos de maior valor — pelo menos nos vértices do nosso triângulo estratégico do Atlântico — montar algumas bôcas de fogo de grande calibre — o maior possível — colocadas de forma a poderem responder a qual-

quer bombardeamento, mesmo ás maiores distâncias, que vize as utilidades que queremos proteger, muita artilharia de calibre médio, abundantemente municuada, peças e metralhadoras anti-aéreas fixas e móveis; e dota-los de esquadrilhas de contra-torpedeiros, submersíveis, aviões, assim como de alguns fundadores de minas e de um grande número destes engenhos. Nos outros pontos, poderão talvez suprimir-se as bôcas de fogo de grande calibre e reduzir-se a quantidade dos outros meios de defesa.

Quanto ao pessoal, renunciar, para as tropas especialmente destinadas á defesa das costas (como provavelmente terá também de fazer-se para as que se destinarem a constituir a *cobertura* da fronteira terrestre, seja dito de passagem) ao sistema das unidades-quadros, fixando o seu efectivo de paz por forma que, só com êle, possam servir o material com que devem actuar; e êsse pessoal deve estar perfeitamente instruído e preparado para a sua missão.

Tudo isto custará caro, para se estabelecer e manter? Decerto, mas menos caro do que poderá saír-nos o não o termos, ou pelo que perderemos, ou pelo que se gastará então em improvisações; menos caro, mesmo, que certos programas navais e outros em que se teem dispendido quantias consideráveis inutilmente, porque ficam sempre a muito menos de metade do caminho...

Antes de prosseguir, uma advertência a propósito desta alusão aos programas navais. Nada mais natural, legítimo e patriótico, da parte dos officiaes da nossa armada, do que a aspiração de vêrem Portugal elevado á categoria de potência marítima; e nenhum portuguez, digno dêsse nome, tem o direito de criticar os esforços que se façam, ou de se negar aos sacrificios que lhe peçam, para êsse fim. Com uma única condição: que êsses esforços e êsses sacrificios sejam produtivos; e sê-lo-iam as aquisições de navios que distintos officiaes de marinha classificavam de "par de botas de cano alto" e de "cruzadores de lata"?

Quando um dia a nossa esquadra vier a existir, de resto, haverá necessidade de lhe dar bases e pontos de apoio, porque, sem isso, não poderia cumprir a sua missão.

Mas se, simultaneamente, se não pode pensar em realizar

ambas as cousas, não será preferível começar pela defesa das costas que, mesmo sem esquadra de alto-bordo, é útil, do que por esta que, sem aquela, se verá condenada a desempenhar um papel secundário e inadequado?

Ou querer-se-à continuar, como até aqui, á espera do tradicional "amanhã", correndo, a cada instante, o risco de ver justificado o provérbio: quem tudo quer, tudo perde?

A Alemanha, já então a maior potência militar terrestre, quando pensou em se tornar também grande potência naval, começou por organizar a defesa do seu litoral. No *memorandum* apenso ao projecto de orçamento naval para 1887-88, dizia-se ainda: "A defesa das costas pode tornar-se mais importante, para nós, do que a guerra de cruzadores. Para as potências navais que não sejam de 1.<sup>a</sup> ordem, a defesa das costas deve ser o objectivo principal da sua organização".

Nesta defesa, a marinha tem uma parte importante, com os seus contra-torpedeiros, submersíveis, aviões de reconhecimento, bombardeamento e combate, que constituem os elementos offensivos daquela, completando os meios de acção passivos: a artilharia, com os seus aviões de observação e as minas, accionados pelas forças de terra; e com as obstruções, que á marinha compete também estabelecer.

Já me referi á composição das fôrças terrestres especialmente destinadas á defesa do litoral, que são: a artilharia de costa, compreendendo os elementos de defesa anti-aérea postados em terra e a aviação de artilharia, e as unidades destinadas ao serviço das minas fixas, ou, como se diz entre nós, dos torpêdos fixos.

A organização dessas forças, tal como foi estabelecida no decreto de 1911 para o Campo Entrincheirado de Lisboa, parece-me perfeitamente concebida e deve estender-se a todos os pontos defendidos; mas as alterações que o Regulamento do citado campo introduziu nessa organização, especialmente no que se refere á separação nítida das funções tacticas e administrativas dos diversos escalões do comando, separação que o regulamento não respeitou, devem ser postas de parte.

Para a defesa móvel terrestre, devem designar-se as unidades do exército de campanha a que êsse serviço competirá,

durante a mobilização, para que para êle se possam preparar, assim como as formações de reserva ou territoriais que virão substituí-las, á medida que aquelas tenham que se deslocar, no caso duma guerra contra um adversário que possa atacar-nos ao mesmo tempo, por mar e por terra.

Exercícios combinados de tropas de terra e mar deverão fazer parte dos programas de instrução. Só assim se estabelecerão, entre êsses dois organismos da Defesa Nacional, aquela confiança recíproca e comunidade de vistas que são tão necessárias para a colaboração constante que precisam realizar em tempo de guerra. Sôb êsse ponto de vista, o que se fazia na Itália, antes do grande conflito, pode fornecer úteis ensinamentos.

Nestas linhas, em que procurei esboçar a largos traços a solução dum problema que de há muito ocupa as minhas horas de ócio, pouco ou nada encontrará, quem as ler, que não tenha já sido alvitado por outros mais competentes; mas, como diz Gustavo Le Bon: «a repetição é a única figura que impressiona as multidões»; e a sabedoria popular ensina que: «água mole em pedra dura...»

Janeiro de 1920.

L. J. CORDEIRO

Major de Artilharia



## Obras Oferecidas

- 3 **Campaña de invaslon del Teniente General D. Pablo Morillo 1815-1816.**—Mayor del Estado Mayor D. JORGE MERCADO. **Memorial del Estado Mayor del Ejército de Colombia**, numero 85—Julio de 1919—Bogotá—Colombia. 1919. Talleres del Estado Mayor General. 1 vol. de 208 pags.
- 4 **Campaña del Ejército Libertador Colombino en 1819.**—Mayor, Jefe de la Section de Historia D. MANUEL PARIS R. **Memorial del Estado Mayor del Ejército de Colombia**, numero 86—Agosto de 1919—Bogotá—Colombia—Talleres del Estado Mayor General—1 vol. de 150 pags.

Tendo o Estado Maior General do exército de Colombia resolvido contribuir para a celebração do primeiro centenário da independência da República e em especial para o da batalha de Boyacá, ganha em 7 de Agosto de 1819 pelo celebre general americano Simão Bolivar contra as tropas espanholas do comando do general D. José Maria Madeira, distribuiu por vários officiais do mesmo Estado Maior trabalhos historicos relativos às campanhas da Independência ou Libertadora, e dêles são fruto os dois que temos presente.

Ao Sr. major D. Jorge Mercado foi confiado em 20 de Abril de 1918 o encargo de redigir a Campanha de invasão do tenente-general D. Pablo Morillo (1815-1816), sendo-lhe apenas concedido o praso de um ano para apresentação do seu trabalho histórico, o qual devia estar concluido nos três primeiros meses de 1919.

Ao Sr. major D. Manuel Paris R. foi cometido em 3 de Julho de 1917 o encargo de escrever a história da Campanha libertadora de 1819, a qual abrange a descripção da celebre batalha de Boyacá, vitória por tal forma decisiva que não só poz glorioso termo áquela campanha, como consolidou definitivamente a independência da antiga possessão espanhola da Nova Granada, dando origem à República de Colombia, como ainda facilitou eficazmente a realização das campanhas posteriores que por sua vez, e também sob a direcção do Libertador D. Simão Bolivar, proporcionaram a independência a Venezuela, ao Equador, Peru e Bolivia.

Do modo como os dois ilustrados officiais do exército de Colombia se desempenharam do encargo que lhes foi cometido, dão conta os dois grossos volumes que temos presentes; ambos redigidos por forma summa-

mente notavel, de leitura muito interessante, tanto mais que são illustrados com vários e excellentes mapas, vistas panorâmicas dos campos de batalha, retratos de generais, reproduções de quadros históricos alusivos às campanhas da independência, etc.

O extenso trabalho de D. Jorge Mercado relativo à expedição do general D. Pablo Morillo, caudilho espanhol que se celebrisára na Guerra da Península, comprehende cinco capítulos cujos assuntos estão tão minuciosamente desenvolvidos, que bem parece foram exaustivamente tratados. São precedidos êsses capitulos de uma *Advertencia*, na qual o autor expõe claramente as difficuldades grandes que encontrou para a elaboração do seu trabalho, por falta de vários elementos, não só de numerosos documentos officiaes que deveriam existir, mas se não encontram, como de notícias da imprensa, como de estudos históricos redigidos por particulares.

São precisamente êstes os mesmos obices com que em Portugal tropeça e luta quem empreende qualquer trabalho histórico militar, e só os avalia bem quem alguma vez teve o arduo e por vezes desanimador trabalho de pesquisar os nossos arquivos e proceder a indagações historicas.

Nos capítulos citados expõe D. Jorge Mercado a situação social, politica e sobretudo militar da Nova Granada na época das lutas pela independência; a organização do exército republicano e de cada um dos seus elementos componentes; estuda a composição da expedição de D. Pablo Morillo, do qual apresenta uma noticia biográfica, bem como do seu chefe de estado maior, simultaneamente comandante da esquadra espanhola que comboiou a expedição; relata a viagem desta, referindo a occupação da ilha Margarita, chegada a Venezuela e depois a Nova Granada, etc. O capítulo IV occupa-se exclusivamente do sitio de Cartagena, a principal praça de guerra da Colombia, submetida e occupada pelos espanhoes em 6 de Dezembro de 1815. O último capítulo, sob o titulo *Invasion* trata da campanha que se seguiu à tomada de Cartagena para a submissão das várias províncias, estudando o autor e criticando o plano de campanha de D. Pablo Morillo, a marcha e operações de cada columna em que êste subdividiu o exército expedicionário, até à acção de La Plata, em 11 de Julho de 1816, a qual terminou a campanha, tendo-se refugiado na Venezuela os desmantelados restos das tropas republicanas, e ficando novamente submetida ao domínio de Espanha a sua antiga possessão da Nova Granada. . . embora apenas por mais três anos.

Como se depreende dêste rápido esboço da obra, o assunto foi excellentemente tratado e sobretudo com rara isenção e absoluta imparcialidade histórica, o que honra sobremodo os dotes de official sumamente illustrado do Sr. major D. Jorge Mercado.

Como complemento natural dêste trabalho segue-se a monografia sôbre a Campanha Libertadora de 1819, devida, como dissemos, à pena do major Sr. D. Manuel Paris R. a qual constitue o tomo n.º 86—Agosto de 1919—do *Memorial del Estado Mayor del Ejército de Colombia*.

Nas 150 págs. dêste interessante estudo histórico comprehendem-se, em seguida a uma *Advertencia* prévia, os seguintes assuntos, todos muito cuidadosa e desenvolidamente tratados: antecedentes históricos; exér-

cito patriota; exército realista; descrição do teatro de guerra e planos de campanha; desenvolvimento das operações; anexos.

Na *Advertencia* escreve o sr. major Paris as seguintes palavras que definem bem a orientação a que subordinou o seu trabalho e sobretudo a sua opinião crítica: «En la apreciación de los hechos, la imparcialidad «ha sido la norma que adoptamos, y para ser justos debemos reconocer «no sólo el valor, la constancia y los esfuerzos del ejército republicano, «sino también la buena organización, la pericia y la tenacidad del ejército realista, ya que de la madre España heredamos las grandes virtudes morales, cívicas y guerreras.»

O capítulo referente ao desenvolvimento das operações, de todos o mais extenso, estuda detidamente os preliminares da campanha; o início das operações de Bolívar em 17 de Maio de 1819; a marcha até a posição de Paya; as principais acções: Gameza, Pantano de Vargas e Boyacá; a perseguição das tropas espanholas derrotadas nesta última e decisiva batalha e finalmente a entrada de Bolívar à frente do seu glorioso exército em Bogotá. Os *anexos* contêm vários documentos históricos relativos à campanha, e em especial boletins do exército libertador.

Tanto êste como o anterior trabalho, a que nos referimos, ficam sem dúvida constituindo contribuição valiosa para a celebração do centenário da independência da florescente Republica de Cofombia e dão evidente testemunho do brilhante resultado da feliz iniciativa do Estado Maior General do seu exército.

P. S.



# CRÓNICA MILITAR

## Alemanha

**A organização militar alemã.**—A nova organização militar das forças alemãs é tão complexa que é difícil avaliar bem o seu alcance. São múltiplas as formações militares concebidas pelo *estado maior* de Noske. Uma dependem do ministério da guerra e outras das autoridades civis; umas são constituídas por elementos permanentes, outras por voluntários, e ainda outras tem o caracter de corpos de policia.

O armamento, os vencimentos e os graus hierarquicos variam segundo o caracter daquelas tropas. Algumas são obrigadas a viver em quartéis; mas outras há que podem habitar nos seus domicilios. Esta-se evidentemente construindo um organismo, que integra todos os homens validos da nação, ainda que sob formas e designações diversas tendentes a iludir as obrigações do tratado de paz. O exercito propriamente dito toma o nome de *Reichswehr*, e cujo efectivo é de 290.000 homens, devendo automaticamente ser reduzido até ter em 20 de abril 100.000 homens, como preceitua o tratado de paz.

Outra forma do elemento militar toma o nome de *Einwohnerwehr*, e compreende as milicias locais. Com os voluntarios formam-se outros agrupamentos, que tem a designação geral de *Zeitfreiwillige*. Ainda a chamada policia de segurança toma o nome de *Sicherheitspolizei*.

Os voluntarios recebem uma completa instrução militar e são tropas que se podem mobilizar. As tropas de policia são militarizadas e vivem em quartéis nas grandes cidades e centros industriais, tendo como armamento a espingarda, as granadas de mão, as minenwerfer e peças de artilharia, sendo tropas destinadas, segundo declaram os alemães, a sufocar quaisquer movimentos *spartakistas*.

Ha ainda a considerar os guardas fiscaes ou *Verkehrswehr* e ainda os guardas de segurança tecnica, que tem a designação de *Technische Nothilfe*.

É preciso ainda contar com grupos formados pelos estudantes dos ginasios e universidades que aí recebem uma verdadeira instrução militar, com a designação de *Jugendwehr*.

É preciso notar que os altos comandos alemães continuam em suas funções, dirigindo e forjando todas as peças da grande máquina militar, que num praso, não mui distante, causará ainda serios embaraços aos aliados, porque estes não terão meios legais a opôr à reacção militar que por toda a parte se manifesta. Uma Alemanha militar e forte só deixará de existir, quando deixe de existir a própria Alemanha.

Reconhece-se que por todo o império existem numerosos centros de oficiais, desenvolvendo uma grande actividade, que se denuncia pelas numerosas publicações militares.

Teem-se organizado *bibliotecas moveis*, que circulam por tôda a parte, tratando das lições da guerra, ocupando-se de assuntos tecnico-militares, da resolução de problemas taticos e estrategicos.

A par porêem dum espírito reaccionário e militarista é certo que em muitos pontos da Alemanha se manifestam idéas democraticas e antimilitaristas.

Desta luta, quem triunfará?

## Belgica

**O esforço militar da Belgica durante a guerra.**—Quando se examina o estado em que se encontrava o exercito depois da sua retirada de Anvers; quando se vé que em fins de outubro de 1914, após as terriveis batalhas do Yser, a infantaria belga estava reduzida a 32.000 homens e que todo o material caíra nas mãos do inimigo; quando vemos que em 16 dias de combates o exercito belga tivera 11.000 mortos e 10.000 feridos; e depois nos defrontamos, a breve praso, com um exercito numeroso e forte, temos de nos curvar reverentes perante essa nação que tão nobres exemplos de energia e patriotismo nos deu.

O governo belga, animado do mais ardente patriotismo e cheio da mais plena confiança no triunfo do Direito e da Justiça, apelou, e não foi em vão, para todos os belgas que residiam no estrangeiro, convocando todos os individuos dos 18 aos 40 anos a alistar-se nas fileiras do exercito.

Como corresponderam os belgas a este brado do seu governo?

Logo nos primeiros dias compareceram 20.000 mancebos a alistar-se, e não tardou muito tempo que milhares e milhares de patriotas corressem a apresentar-se.

A todos animava a fé ardente de que iam cumprir um dever sagrado, procurando reconquistar o sólo sagrado da pátria.

Transportada a base do exercito para territorio francês, organizados os campos de instrução, vencidas as maiores dificuldades para instruir os recrutas, já em principios de dezembro de 1914 partiam para a frente 1.500 combatentes armados e equipados, a que se seguiram um mês depois mais 1.400.

As principais dificuldades estavam na falta de quadros e de armamento, tanto que ao principio só havia 50 espingardas para a instrução de cada 600 recrutas.

Em breve, porêem, se construíam fábricas de projecteis e armamento, tanto no Havre como em Calais, de forma que já a 21 de outubro de 1915 as fábricas começaram a fornecer 3.000 a 4.000 granadas por dia. Nas diversas fábricas belgas chegaram a trabalhar 12.000 operarios belgas. Foi assim que no 3.º ano da guerra estavam em instrução 90.000 homens, tendo como instrutores 300 oficiais e 1.700 sargentos.

Com o auxilio dos E. Unidos foram organizados os serviços da administração militar, ocupando os estabelecimentos da Intendencia uma superfície

de 36.500<sup>m</sup>², e os seus armazens recolhiam produtos diversos num valor de 86 milhões de francos.

Ao principio também houve serias dificuldades em instalar os feridos, especialmente a 13 de outubro de 1914, quando chegaram a França 13.000 feridos, que foram recolhidos nos hospitais de Calais e Dunkerque.

O serviço sanitario foi porê m organizando-se, e em principios de 1918 já havia 5 hospitais de reserva, 40 hospitais de campanha, e varios estabelecimentos na França e na Inglaterra para convalescença dos doentes feridos.

O estudo da evolução do exercito belga durante a guerra, a actividade desenvolvida pelo ministro da guerra, os esforços feitos por todos os grandes patriotas, oferecem aos organizadores e a tódos os homens de Estado lições de um alto valor.

Uma nação que através tantas dificuldades se soube reconstituir, é digna da nossa admiração e dos nossos respeitos.

## Dinamarca

**Espingardas accionadas a distancia para a defesa das trincheiras.**—Na Dinamarca um engenheiro desta nação acaba de inventar uma maneira de fazer funcionar as espingardas automaticas a distancia por meio de um mecanismo radiotelegrafico.

A espingarda é colocada num cilindro metalico, que por seu turno é introduzido num outro de raio maior, apoiando-se este no fundo da trincheira, cuja defesa se quere levar a efeito. O cilindro interior pode elevar-se até à altura do parapeito e é susceptivel de um movimento de rotação em torno do seu eixo, de maneira a tomar qualquer direcção.

Apontada a arma na direcção conveniente, esta pode disparar seguidamente 400 tiros, quando accionada pelo referido mecanismo radiotelegrafico, que pode actuar até à distancia de 9 km. da trincheira.

Tal invento tem a vantagem de fazer uma grande economia de homens para a defesa de uma extensa trincheira, e assim se pode reduzir consideravelmente as guarnições das frentes defensivas, para aumentar a densidade nas frentes offensivas, em que se pretenda obter a decisão.

É possivel que numa futura guerra outros inventos mais apareçam, tendentes todos a industrializar e a tornar mais scientifica a guerra.

Se o homem procura umas vezes pôr a sciencia ao serviço do seu semelhante, outras, procura meios de destruição mais rápidos e de maior intensidade. É a lei das compensações.

## Espanha

**Alterações ao Decreto de 30 de maio de 1917 relativo às coloeações e transferencias dos officiais** <sup>1</sup>—Recentemente foram introduzidas modificações importantes no decreto de maio de 1917, a que nesta «Revista» tivemos então

<sup>1</sup> Veja-se a *Revista Militar* de agosto de 1917.

ensejo de nos referir. Essas modificações foram aconselhadas pela experiência de mais de 2 anos, tendo em vista principalmente regular melhor o preenchimento das vacaturas por *escolha*, e fixar certas normas para provêr às que se adjudicam por *antiguidade*, por *concurso* e por *comissão*. Estas normas visão, como se diz na exposição que antecede o decreto, a premiar os riscos e fadigas em campanha, a constancia no estudo e no trabalho e os serviços notáveis e brilhantes dos oficiais, estimulando ao mesmo tempo as aptidões, o zelo e a actividade constante dos oficiais, que não se limitam só a fazer o que é preciso para o cumprimento do seu dever.

Foi determinado, pelo recente decreto, que todas as vacaturas, desde alferes a coronel sejam preenchidas  $\frac{3}{4}$  por antiguidade na escala e  $\frac{1}{4}$  por antiguidade de petição.

Serão preenchidas por *concurso* as vacaturas que se deem: no Estado maior central; nos estabelecimentos industriais e inspecção de indústrias civis; nos serviços de aeronautica; no instituto de hygiene militar, laboratorios, gabinetes de radiologia, oftalmologia e demais especialidades medico-militares; na escola central de tiro do exercito; nas comissões de experiencias; na cria cavalgar e remonta; na escola de equitação militar; no pessoal do C. E. M. em comissões geograficas; no conselho supremo de guerra e marinha; no negociado de Marrocos e no ministerio da guerra.

Os ajudantes de campo serão nomeados pelo ministro da guerra, mediante propostas dos respectivos generais com que tenham de servir. Serão *escolhidos* pelo ministro da guerra, entre os que assim o solicitem: os comandantes dos corpos, os das secções da escola central de tiro, do deposito de guerra, do instituto de hygiene, os governadores militares das provincias da categoria de coronel.

Todo o official que obtiver um destino por petição propria tem de o desempenhar por tempo não inferior a 2 anos; os que forem nomeados sem terem solicitado, devem servir pelo praso minimo de um ano, a não ser que desejem obter qualquer colocação por meio de concurso.

Não são permitidas permutas entre os officiaes que sirvam na Peninsula, Baleares ou Canarias, qualquer que seja a sua situação.

As vacaturas que se deem na Casa militar, na escolta real, no real corpo de alabardeiros e carabineiros, na guarda civil e no corpo de invalidos, serão preenchidas por *escolha*, como na actualidade.

Nos *concursos* dever-se-á ter em vista os seguintes meritos:

a) *Estado maior central*.—Ter publicado trabalhos e estudos de reconhecido merito sobre organização dos exercitos nacional ou estrangeiros, tática, estrategia, ou materias relacionadas com a secção dos serviços em que se der a vacatura; ter conhecimento de linguas estrangeiras; ter-se distinguido em serviços anteriormente desempenhados no dito estado maior; ter desempenhado com exito os cargos de adido militar no estrangeiro; ter mais importantes serviços em campanha e comando de tropas; ter exercido com reconhecido merito o cargo de professor na escola superior de guerra ou nas academias militares; ter o diploma da escola superior de guerra para o serviço do estado maior.

b) *Estabelecimentos industriais*.—Ser autor de notáveis trabalhos ou memorias de carácter tecnico relativos à industria, de que se trate, ou profes-

sor por mais de um ano das disciplinas que tenham relação com a industria ou inspecção a que concorram; ter classificação de distinto nos seus cursos industriais; ter desempenhado com distinção cargo analogo nas industrias militares ou civis; e para os que estejam em igualdade de circunstâncias, serão preferidos então os que tenham mais serviços em campanha.

*c) Serviços de aeronautica.*—Possuir o título de piloto ou observador de aviação ou de aerostação; ter maior prática nos ditos serviços, deduzida do número de vôos ou ascensões; ter maior número de méritos ou serviços de guerra.

*d) Instituto de hygiene militar, laboratórios, etc.*—Ser autor de trabalhos técnicos e scientificos de reconhecido mérito, relativos à especialidade a que se concorre; ter diplomas officiais destas especialidades; ter exercido já com distinção nos centros militares ou civis cargos analogos.

*e) Escola central de tiro do exercito.*—Ter pelo menos 2 anos de serviço activo, dos quais um na fileira; ter publicado trabalhos de reconhecido mérito sobre tiro, balística ou tática; ter obtido prémios em concursos de fogos táticos ou em exercicios de combate; ter-se distinguido como professor na mesma escola, ou nas academias em balística e tiro; ter maiores e mais distintos serviços em campanha e comando de tropas; ter tido prémios em memorias apresentadas a concurso na dita escola.

*f) Comissões de experiencias da Intendencia.*—Ter mostrado relevantes méritos, segundo a apreciação das comissões tecnicas das armas ou corpos; ter maior conhecimento de serviço que o material de guerra presta em campanha por ter permanecido mais tempo em operações; ter já desempenhado com boa informação serviços na comissão de experiencias e 2.<sup>a</sup> secção do estabelecimento central de Intendencia.

*g) Cria cavalari.*—Ser engenheiro agrônomo, veterinário ou perito agricola; ter trabalhos de reconhecido mérito sobre Zootecnia ou materias afins; ter já desempenhado distintamente cargos analogos.

*g) Depósitos de remonta.*—Ter sido professor da escola de equitação ou ter o titulo de professor passado por esta escola; ter melhor classificação nos seus cursos; ter trabalhos de reconhecido mérito sobre a matéria de que se trate; ter desempenhado já com boa informação cargos analogos; ter prémios em concursos hipicos.

*h) Escola de equitação militar.*—Ter 2 anos de serviço, sendo um na fileira; ter desempenhado já com distinção serviço analogo; ter o diploma de professor da mesma escola; ter obtido melhor classificação no curso da escola; ter prémios em corridas e concursos hipicos. Em igualdade de circunstâncias será preferido o official que tenha maiores méritos e serviços de campanha.

*i) Pessoal do corpo de estado maior em comissões geograficas.*—Ser autor de trabalhos de reconhecido mérito sobre geodesia ou topografia; ter prestado já com boas informações, serviços na mesma comissão. Havendo igualdade de circunstâncias, são preferidos os officiais que tenham maiores serviços e méritos em campanha.

*j) Conselho supremo de guerra e marinha.*—Ter executado trabalhos publicos de reconhecido mérito sobre assuntos juridico-militares; ter o titulo de

doutor ou de licenciado em direito; ter exercido o logar de juiz permanente; ter maiores méritos e serviços em campanha.

k) *Negociado de Marrocos*.—Ter maior tempo de serviço no comando de tropas indígenas ou peninsulares; maiores méritos em campanha.

**Reorganização das tropas de aeronautica.**—Com o fim de normalizar a situação das tropas de aeronautica, visto que já tem efectivos superiores aos que organicamente lhe estavam fixados, e isto pelo grande desenvolvimento que tem tomado aqueles serviços e pela aquisição de grande quantidade de material que é preciso utilizar, foi por isso determinado que, separados os dois ramos de serviços, o de *aerostação* e o de *aviação*, fosse aumentado a cada um daqueles serviços uma nova unidade activa e outra de reserva. As unidades de aerostação passam a constituir um batalhão, para o que é aumentado um tenente-coronel no *estado maior* desse batalhão. Ficou dissolvida a companhia de deposito, que era comum aos serviços, visto que cada um deles passa a ter o seu deposito.

A nova companhia activa da aviação fica sendo constituída por um capitão, 2 tenentes, 1 tenente (E. R.), 1 sub-official, 6 sargentos, 14 cabos, 2 clarins e 205 soldados. A comp.<sup>a</sup> de deposito é constituída por 1 capitão, 1 tenente (E. R.), 1 sub-official, 1 sargento, 1 cabo e 3 soldados.

A comp.<sup>a</sup> activa da aerostação fica organizada com 1 capitão, 2 tenentes, 1 tenente (E. R.), 1 sub-official, 8 sargentos, 28 cabos, 2 clarins, 153 soldados, 1 mestre de officina, 2 operarios, 2 ferradores, 4 cavalos de officina, 12 cavalos de tropa e 88 muares.

A comp.<sup>a</sup> de deposito tem igual composição à sua similar na aviação.

Cada um dos dois serviços de aeronautica fica assim tendo 3 companhias activas e uma de deposito.

**Fixação do efectivo do exercito permanente para 1920-21.**—Segundo o orçamento para o ano economico de 1920-21, o efectivo do exercito permanente foi fixado em 214.407 homens assim discriminados:

152.294 para a Peninsula, Baleares e Canarias, 596 para o Corpo de Invalidos, 162 para a Penitenciaria militar de Mahon e 64.355 para o exercito de Africa.

Como o governo fica autorizado a mobilizar total ou parcialmente certas unidades quando necessidades sociais assim o exigam, haverá periodos em que os efectivos orçamentais nessas unidades serão excedidos; mas como não se deve exceder com o exercito a verba orçamental, procurar-se-à obter a compensação licencendo em certos periodos do ano um certo numero de praças que estejam no seu terceiro ano de serviço.

## Estados-Unidos

**Opiniões americanas sobre o futuro emprego da cavalaria.**—As futuras guerras não serão, normalmente, *guerras de trincheiras*, em que os exercitos se immobilisem frente a frente por largo tempo. O que sucedeu na ultima guerra foi um caso excepcional; mas tambem não devemos considerar a *guerra de*

*movimento* realizada nas mesmas condições que anteriormente. A maior potencia do armamento obrigará os adversarios a recorrer largamente aos  *pontos de apoio*, dados naturalmente pelo terreno, ou criados pelas tropas no campo de batalha. A cavalaria terá de recorrer largamente ao fogo das suas carabinas e das suas metralhadoras. As cargas serão raras, especialmente o choque à arma branca, mas tornar-se-á ainda necessário na refrega empregar a pistola.

A cav.<sup>a</sup>, tendo de recorrer ao combate a pé com frequência, terá de ser apoiada por uma artilharia mais numerosa.

Segundo se propõe nos E. Unidos, o *esquadrão* de cav.<sup>a</sup> será constituído por um grupo de comando e 2 pelotões, tendo cada pelotão, além do grupo de comando ( 1 tenente, 1 sargento-cerrafila e 2 soldadas de ligação) 1 secção de fuzileiros, 1 secção mixta e 1 grupo fora da fileira (cozinheiros ferradores, provisôres).

O *grupo de comando* do esquadrão compreende 1 capitão, 1 tenente (explorador), 2 sarg.<sup>tos</sup> (exp.<sup>es</sup>), 4 soldados (exp.<sup>es</sup>), 2 clarins e 1 sargento porta-bandeira; a *secção de fuzileiros* é constituída por : 1 sargento, 2 cabos e 21 soldados; a *secção mixta* é constituída por : 1 sargento, 1 cabo, 12 soldados fuzileiros, 2 cabos com espingardas automaticas e 2 soldados com as munições, 1 cabo e 2 soldados granadeiros e 3 municidores.

Com excepção do capitão comandante do esquadrão (que usa pistola), todos os mais (incluindo os tenentes) usam espingarda e pistola.

O esquadrão tem um efectivo de 122 homens, sendo : 4 officiais, 1 1.<sup>o</sup> sarg.<sup>to</sup>, 11 2.<sup>os</sup> sarg.<sup>tos</sup>, 6 cabos fuzileiros, 2 cabos granadeiros, 4 cabos com espingardas automaticas, 2 ferradores, 2 clarins, 4 exploradores, 80 fuzileiros, 4 granadeiros, 2 cozinheiros.

Como vimos, ha no esquadrão 1 tenente com 1 sargento e 4 soldados, encarregados do serviço de exploração, e que formam uma patrulha de combate, quando o esquadrão actuar isoladamente.

Quando o pelotão é empregado no combate a pé, tem em 1.<sup>a</sup> linha a secção de espingardeiros, com 15 homens desenvolvidos, e com 2 cabos e 1 sargento em 2.<sup>a</sup> fileira; a secção mixta forma uma 2.<sup>a</sup> linha com 5 espingardeiros nos flancos e 3 granadeiros e 2 homens com as espingardas automaticas ao centro, e tendo os municidores numa 2.<sup>a</sup> fileira. Entre a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha está o comando do pelotão, tendo á direita o agente de ligação e cerrafila, e à esquerda o sinaleiro. O pelotão marcha por 4 e em cada grupo há 1 homem que segura os 4 cavalos do grupo, quando o pelotão combater a pé.

## Italia

### Força numerica dos officiais da arma de cavalaria.

Segundo o *Bolletino Ufficiale* de dezembro ultimo a arma de cav.<sup>a</sup> do exercito italiano é constituída por 46 coroneis, 80 t-coroneis, 85 majores, 460 capitães e 514 subalternos, sendo porêm :

No quadro, respectivamente : 30, 32, 60, 320 e 433 ;

Fora do quadro : 16, 48, 25, 140 e 81 ;

Os quadros organicos fixam : 30, 35, 67, 394 e 668.

Faltam, pois, nos diversos serviços do quadro : 3 t-coroneis, 7 majores, 74 capitães e 235 subalternos.

Os officiaes fora dos quadros teem os seguintes destinos :

- 17 t-coroneis e 1 capitão no *corpo do estado maior* ;
- 1 t-coronel e 3 capitães na *casa militar* ;
- 6 coroneis, 2 t-coroneis, 15 capitães e 6 subalternos no ministerio da guerra;
- 6 coroneis ao serviço especial de S. M. ;
- 7 t-coroneis, 3 majores, 23 capitães e 26 subalternos por causas varias ;
- 2 coroneis, 4 t-coroneis, 7 majores, 26 capitães e 13 subalternos na *disponibilidade* por doencas adquiridas em serviço ;
- 2 t-coroneis, 5 majores, 24 capitães e 31 subalternos por doencas adquiridas fora do serviço ;
- 1 coronel, 7 t-coroneis, 4 majores e 37 capitães por redução de quadros ;
- 7 capitães e 1 subalterno, no corpo aeronautico ;
- 3 majores, 1 capitão e 4 subalternos no ministerio das colonias ;
- 1 coronel, 8 t-coroneis, 3 majores e 3 capitães noutros ministerios.

## Diversos

**Os gazes como meio de destruição e de neutralização na guerra.**—Na ultima guerra foram largamente empregados, primeiro pelos alemães, e depois pelos aliados, os gazes : uns, exercendo uma acção rápidamente mortal ; outros, uma acção irritante e lacrimatoria, ou simplesmente lacrimatoria.

Ao principio lançados por aparelhos especiais, passaram depois a ser lançados pelas *minenwerfer* (bombardas de trincheira) e pela artilharia.

Como gazes mortiferos, empregaram-se : o cloro, o brometo de cianogenio, o cloreto de estanho, o acido cianhidrico misturado com o cloroformio e cloreto de arsenico, ou com o cloreto de estanho, a cloropicrina com o cloreto de estanho ou com o hidrogenio sulfurado. Como gazes lacrimosos, foram empregados : o cloreto de benzil, o iodeto de benzil, a bromo acetona, a cloro acetona, o etiliodo acetato, o cloreto de fenilcarbilamina.

Como gazes irritantes : o acido clorosulfurico, o clorosulfanato de metil, o anidrido sulfurico, o triclorometil cloroformiado, etc.

Para atacar as trincheiras carregavam-se bombas com estes gazes, que eram lançadas pelas bombardas. Para distancias afastadas, e para barragens, empregavam-se granadas especiais, que eram lançadas pelas peças de artilharia. Tambem se empregaram granadas de mão, especialmente contra as escavações com o fim de obrigar a sair os seus defensores. Empregaram-se ainda gazes corrosivos para destruir o material, e em especial as metralhadoras. É natural que numa proxima guerra sejam empregadas em larga escala bombas carregadas de gazes toxicos, e lançadas pelos aeroplanos logo no começo das hostilidades contra as colunas em marcha, e mesmo antes, sobre os locais de reunião de tropas, em especial sobre os bosques.

### Foguetes de iluminação na guerra.

Durante a ultima guerra fez-se largo uso de foguetes iluminantes e de sinais, empregando-se para isso varios mixtos.



Os alemães empregaram para produzir a *luz branca*:

Mixto n.º 1	{	Nitrato de bario.....	61,5 %
		Aluminio.....	20 %
		Enxofre.....	18,5 %

Para produzir a *luz roxa*:

Mixto n.º 2	{	Carbonato de cerio.....	8,8 %
		Clorato de potassio.....	66,9 %
		Goma laca.....	16,3 %
		Betume.....	8,0 %

Para obter grande poder iluminante empregaram varios mixtos, tais como:

N.º 1.....	{	Nitrato de bario.....	68 %
		Magnésio (coberto de parafina)..	32 %
N.º 2.....	{	Peroxido de bario.....	87,5 %
		Magnésio (parafinado).....	12,5 %
N.º 3.....	{	Nitrato de potassio.....	63 %
		Alumio.....	37 %

Em geral, emprega-se um corpo oxidante para fornecer o oxigenio necessario para queimar completamente o combustivel do mixto; para obter a proporção em que se devem empregar, recorre-se aos pesos atomicos e moleculares.

**Destruição das fortificações de Istein.**—Em cumprimento do tratado de paz, os alemães estão desmantelando as fortificações da margem direita do Rheno. Mais de 200 operarios trabalham na destruição das notaveis obras de Istein.

Estas obras compunham-se de 3 baterias couraçadas e uma obra avançada sobre o *Isteiner Klotz*, além de um quartel de infantaria, uma fabrica de electricidade e numerosas instalações. Cada uma das baterias era formada por um enorme bloco de beton, cercada por um fosso de 20<sup>m</sup> de largura, protegido ainda por um grande numero de redes de fio de ferro. O armamento de cada bateria compunha-se de 2 peças de 10<sup>cm</sup>,5 T. R. ; o flanqueamento era assegurado por galerias de revés dispostas em cada face e armadas cada uma delas por 8 metralhadoras.

Além das torres para a art.<sup>a</sup>, havia torres para infant.<sup>a</sup> e observatorios couraçados. Todas as obras do sistema estavam ligadas entre si por galerias subterraneas. Teem já sido destruidas outras obras nas proximidades da fronteira suissa. (*Temps*).

# CRÓNICA MARÍTIMA

## França

**A guerra do còrso e os submarinos.** — No numero de Janeiro de *La Revue Maritime* publica o capitão de fragata Castex um interessante artigo intitulado *Sintese da guerra submarina*, em que faz curiosas considerações sobre os dois assuntos que servem de epigrafe a esta noticia.

Segundo o autor, por guerra de còrso deve-se compreender actualmente a que é dirigida contra o commercio inimigo, e por guerra de esquadras a que tem por objectivo as suas fôrças organizadas. Fundando-se em varios exemplos da historia marítima, o comandante Castex demonstra de fôrma assaz original a ineficacia do còrso quando representa a unica especie de actividade naval a que se entregam os beligerantes, mas que quando concorre com a guerra de esquadras constitue mais um apreciavel elemento de exito. Foi por terem deixado de praticar simultaneamente as operações de còrso e a guerra de esquadras que, na opinião do autor, os alemães não obtiveram vantagens apreciaveis da acção dos seus cruzadores, acção que, contudo, ele considera perfeitamente em harmonia com os bons principios da arte da guerra, que mandam aproveitar até o maximo limite todos os elementos utilizaveis.

No que diz respeito á guerra submarina não são menos interessantes as observações do autor. Começa por se insurgir contra as designações usadas pela Entente para classificar a fôrma especial de guerra marítima a que se entregaram de preferencia os Impérios Centrais. *Piratas e pirataria* foram qualificativos empregados mais para traduzir os sentimentos de surpresa, impotencia e inquietação de que se encontravam possuidas as nações aliadas, do que para exprimir sinceramente a aversão que experimentavam por métodos reputados incompativeis com os ditames da lei internacional. O que o comandante Castex julga condenaveis são os excessos que por vezes cometeram os alemães e não o método em si proprio que, conforme ele mostra, é de origem franceza. A Alemanha procedeu, pois, legitimamente fazendo a guerra submarina, *l'Alemagne avait le devoir, pour sa cause, de mettre en jeu tous ses moyens et de demander a l'arme sous-marine de nuire au maximum à l'ennemi.*

Ainda em relação ao facto de os submarinos alemães atacarem os navios mercantes sem previo aviso, julga o capitão Castex que eles estavam inteiramente no seu direito de assim proceder, visto que haviam anunciado duma vez por todas que seria perigoso, para neutros e inimigos, aventurarem-se na zona de guerra.

Em resumo, neste seu primeiro artigo o autor manifesta a opinião de que a guerra submarina tal como foi praticada, mas sem excessos desnecessários, é absolutamente legítima e que persistirá a despeito de toda a campanha que contra ela se promoveu, como aconteceu antes a outras armas que também foram a principio muito mal recebidas.

Como se vê, este artigo é interessante por que revela como a opinião dos mais autorizados escritores das marinhas da Entente tem evoluído na questão dos submarinos. Assim como muitas outras ilusões, carinhosamente alimentadas nos tristes dias da guerra e nos primeiros momentos da paz, já se desfizeram por completo, também a que previa a interdição certa dos submarinos como elemento da guerra marítima, sofrerá naturalmente igual sorte.

**O futuro navio de combate.** — No numero 7 de Fevereiro, do *Moniteur de la Flotte*, continua o almirante Daveluy a criticar as actuais opiniões inglesas sobre o futuro navio de combate. Tendo-se referido num artigo anterior á opinião de Lord Fisher, examina no segundo as ideas apresentadas por outro não menos celebre official inglês, o almirante Percy Scott, de renome universal entre os arteleiros de marinha.

Já antes da ultima guerra o almirante Percy Scott vinha fazendo a apologia dos submarinos e aéreos; os repetidos sucessos que uns e outros obtiveram de 1914 a 1918 mais lhe radicaram as suas convicções, a ponto de actualmente preconizar a substituição do antigo navio de linha pelo monitor submarino, de deslocamento nunca inferior a 3.000 Tons. e que poderá rapidamente atingir a 5.000 ou 6.000 Tons. Armado de peças de grosso calibre e de torpedos combaterá á superficie ou debaixo de agua conforme lhe convier. As objecções que o almirante Daveluy faz ao tipo de navio de combate preconizado por Sir Percy Scott são, em primeiro lugar, que não fica ao abrigo dos torpedos quando á superficie do mar, nem das bombas dos aviões quando submerso, e por outro lado que terá sempre velocidade inferior e menor armamento do que os navios de linha ordinarios.

A solução proposta pelo almirante inglês, não satisfaz, pois, o autor e terá porventura sorte identica á que coube ao navio analogo planeado pelo illustre engenheiro Cuniberti.

## Japão

**O desenvolvimento da sua marinha militar.** — O impulso que o Japão pretende dar á sua marinha de guerra está preocupando sériamente a America do Norte. Segundo noticias recentes, aquele imperio possuirá em 1923 uma esquadra de 24 navios principais, todos com menos de 8 anos de vida. A esta esquadra juntar-se-hão esquadrilhas de superficie e submarinas, todas constituídas por numerosas unidades e varios navios auxiliares, para assegurar á marinha niponica uma posição preponderante no Pacifico.

Ao que se diz, o desenvolvimento projectado nos ultimos tempos para a marinha Japonesa foi determinado pela attitude da Inglaterra, que agora se propõe reforçar as suas forças navais do Extremo Oriente, visto estar livre de preocupações na Europa, e pelas declarações feitas pelo Secretario de Estado

da marinha americana relativamente á nova distribuição a dar ás esquadras dos Estados Unidos, e por virtude da qual a do Pacifico aumentará consideravelmente de poder.

Daqui se conclue que o Imperio do Sol Nascente não está resolvido a perder a importancia que tão caramente conquistou no Pacifico, e cujo valor é enormemente aumentado pela forte posição geografica que ali ocupa.

## Grande Guerra

**Perdas dos beligerantes em navios de guerra.** — As perdas sofridas pelas marinhas de guerra dos beligerantes durante os anos de 1914 a 1918 foram as seguintes:

Inglaterra: 13 couraçados, 3 cruzadores de batalha, 25 cruzadores, 6 monitores, 64 destroyers, 10 torpedeiros, 58 submarinos e 27 patrulheiros; 550.000 Tons.

França: 4 couraçados, 5 cruzadores, 14 destroyers, 8 torpedeiros, 14 submarinos e 9 patrulheiros; 110.000 Tons.

Italia: 3 couraçados, 2 cruzadores, 1 monitor, 10 destroyers, 5 torpedeiros e 8 submarinos; 75.000 Tons.

Japão: 1 couraçado, 4 cruzadores, 3 destroyers e 1 torpedeiro; 50.000 Tons.

Estados Unidos: 1 cruzador, 2 destroyers e 1 torpedeiro; 17.000 Tons.

Alemanha: 1 couraçado, 1 cruzador de batalha, 24 cruzadores, 72 destroyers, 51 torpedeiros e 205 submarinos; 350.000 Tons.

Austria: 3 couraçados, 2 cruzadores, 3 monitores, 5 destroyers, 4 torpedeiros e 8 submarinos; 65.000 Tons.

Em resumo:

Aliados: 21 couraçados, 3 cruzadores de batalha, 37 cruzadores, 7 monitores, 93 destroyers, 24 torpedeiros, 83 submarinos e 36 patrulheiros; 802.000 Tons.

Centrais: 4 couraçados, 1 cruzador de batalha, 26 cruzadores, 3 monitores, 77 destroyers, 55 torpedeiros e 213 submarinos; 415.000 Tons.

As perdas em navios capitais foram, portanto, na relação 5 dos aliados para 1 dos centrais.

## BIBLIOGRAFIA

## I — LIVROS

## França

- 1 VEDEL (commandant Emile) — *Quatre années de guerre*. Paris, impr. — libr. — éditeurs Plon-Nourrit et C<sup>ie</sup>, 8, rue Garancière. 1919. (14 octobre.) In-16, XVI-371 p.
- 2 Mme Louis Vachet. — *La Guerre en Champagne, en Argonne et dans les Ardennes*. Heures tragiques (A la lisière du bois de la Grurie, a Servon—Melzicourt, Antry, Vouziers, Mézières, Rimogne, etc.) Impressions et Souvenirs. Châtillon-sur-Seine, impr. Euverd-Pichat. Paris, Bloud et Gay, éditeurs, 3, rue Garancière. Barcelone, même maison, 35, Calle del Bruch. 1919. In-16, 220 p.
- 3 *Décret du 25 août 1913 portant règlement sur le service intérieur des corps de troupe d'infanterie et du génie*. Volume mis à jour le 1<sup>er</sup> janvier 1918. Limoges, impr. — libr. éditeur Henri Charles-Lavauzelle. Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain. 1919. In-12, 253 p. 2 fr.
- 4 Ch. de la Roucière. *L'attaque du fort royal de la Martinique par Ruyter* (20 Juillet 1674) Abbeville, impr. F. Paillart. Paris, au Liège de la Société de l'histoire des colonies française, 21, rue des Pyramides, et chez Edouard Champion, 5, quai Malaquais ; Emile Larose, 11, rue Victor Cousin. 1919. In-8 16 p.
- 5 HONOTAUX (Gabriel). *Histoire illustrée de la guerre de 1914*. Fascicule 117. Paris, impr. G. de Malherbe et C<sup>ie</sup>, l'Édition française illustrée (Gounouilhou, éditeur, 30, rue de Provence. 1919. In 4 à 2 col., de 24 p. de texte et d'illustrations. p. 241 à 260. Le fascicule, net, 1 fr.
- 6 VICTOR Derache *Réflexions de guerre*. Petite étude rétrospective. Amiens, impr. du « Progrès de la Somme », 18, rue Alphonse-Paillat. 1919. In 8, 36 p.
- 7 *Emplois civils et militaires réservés aux militaires et marins blessés ou infirmes du fait de la guerre*. Volume mis à jour à jour à la date du 20 juillet 1919. Limoges, impr. libr.—editeur Henry Charles-Lavauzelle Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain. 1919. In-8, 520 p. 5 fr. n° 36 bis.
- 8 HENRI Dorizy. *Les Champs de bataille de 1815. Waterloo. Ligny. Les Qatre-Bras*. Guide—album de la visite et résumé historique, avec 34 photographies, 74 vignettes et 5 cartes. Nancy-Paris-Strasbourg, impr. libr.-éditeurs Berger-Levrault. 1919. In-8, 49 p. Net, 5 fr.
- 9 DUTIL (capitaine agrégé d'histoire). *Les Chars d'assaut*. Leur création

et leur rôle pendant la guerre 1915-1918. Avec 21 cartes hors texte et 16 gravures. Nancy-Paris-Strasbourg, impr. libr. — éditeurs Berger Levrault. 1919. In-8, VIII-287 p. Net. 20 fr.

- 10 JOSEPH Reinach. *La guerre de 1914. Les Commentaires de Polybe*. 17<sup>e</sup> série. Paris, Libr.—Imprimeries réunies, 7, rue Saint-Benoît ; Eugène Fasquelle éditeur, 11, rue de Grenelle. 1919. 19 septembre.) In-18. X-419 p. 4 fr. 90.  
Bibliothèque Charpentier.

## Inglaterra

- 1 ADAMS (Captain R. E.-C.) *The Modern Crusaders*. Cr. 8vo, pp. 190.  
G. Routledge. n. 3/6
- 2 *Babe in Battle*, A. By Mab. Cr. 8vo, pp. 19. Warren (Winchester)  
n. 2/6
- 3 BHARGAVA (M. B. L.) *India's Services in the War*. Popular edition. 8vo,  
pp. XIV.-410. Luzac. 15/
- 4 BORDEAUX (le Capitaine Henry) *Les Captifs délivrés*. Douaumont-  
VAUX. (21 Octobre. 3 Novembre, 1916.) 18mo, pp. 286. Nelson (Paris)  
n. 2/6
- 5 BUTLER (Major and Lt.-Lieut.-Col. Patrick) *A Galloper at Ypres*, and,  
some subsequent adventures. 8vo, pp. 276. T. F. Unwin n. 15/
- 6 CROSS (F. C.) *The New Navigation*. Presented in a Familiar Way for  
Captains and Officers of the Merchant Service. New edition. 8vo, swd.,  
pp. 39. J. Brown. n. 5/
- 7 DEVINE (E. T.) and Brandt (L.) *Disabled Soldiers and Sailors*. Pen-  
sions and Training. «Carnegie Endowment for International Peace.  
Preliminary Economic Studies of the War. Edited by D. Kinley» No.  
8. 8vo. Oxford P. n. 5/
- 8 DOYLE (Arthur Conan) *The British Campaign*. In France and Flanders,  
July-November, 1918. 8vo. pp. 333 Hodder & S. n. 7/6
- 9 FAIRLIE (John A.) *The British War Administration*. «Carnegie Endo-  
wment for International Peace. Preliminary Economic Studies of the  
War. Edited by D. Kinley.» No. 8. 8vo. Oxford P. n. 5/

## II — PERIODICOS

### Portugal

- 1 *Anais do Club Militar Naval*, n.º 10 e 11 de Outubro e Novembro de  
1919. O navio de comercio. As operações costeiras e os progressos da  
tecnica naval. O Estudo da arte da guerra na preparação dos officiais.  
Memorias de Arqueologia naval portuguesa. Telemetristas navais.  
Instrução de recrutas.
- 2 *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 1-3, janeiro a março  
de 1919. Um metodo de toponimia e a sua applicação á cidade de Lis-  
boa. Inspecção das circunscricões civis do distrito de Inhambane. En-  
sino Colonial e Educação Colonial. Cronica. Etc.

N.º 4-6, Abril a Junho de 1919. A função da Secretaria das Colónias, do Conselho Colonial e da Magistratura Judicial Ultramarina. A reorganização do Banco de Portugal. Inspeção das circunscrições civis do distrito de Inhambane. Cronica. Etc.

## Brasil

- 1 *Boletim do Club Naval*, n.º 7 de Dezembro de 1919. Pelas grandes indústrias para nossa capacidade militar. Aplicação das formulas de Ingalls á escolha de uma nova polvora para canhão. No Parlamento — Parecer. As Valvulas Thermoionicas. Liga das Nações e a paz universal. Determinação das coordenadas geograficas de Angra dos Reis. Refutação. Faina de carvão em alto mar. Questões de saude. Etc.
- 2 *Revista dos Militares*, n.º 112 de Outubro de 1919. O tempo de serviço. Picadeiro do Colegio Militar. Companhias de Metralhadoras. Uma homenagem — Conferencia. Vencimentos. Officiais para os corpos. Caixa Militar. Os novos cursos. A crise de sargentos.

## Chili

- 1 *Revista de Marina*, n.º 374 de novembro e dezembro de 1919. El sistema soléctrico. Determinación del valor de una división del nivel de um teodolito. Dirección de Instrucción. Correcciones de desplazamiento. Tenemos exceso de uniforme. Periodo de las rosas. Escalafón y selección para los sargentos de mar. De carbonero a maquinista. Notas profesionales. Cronica nacional. Necrologia.

## Espanha

- 1 *Memorial de Infanteria*, n.º 97 de Fevereiro de 1910. Infantes ilustres. Definitivas y fundamentales enseñanzas de la pasada guerra. Resumen general de la instruccion de tiro en Infanteria durante el año 1918. Acta e informe sobre ella, réferente al curso de tiro de Infanteria de 1919. D. Julian Sanchez (a) El Charro — Guerrillero Salmantino. Algo sobre defensas accessorias. Cronica Militar. Noticias Militares. Revista de Revistas. Etc.
- 2 *Memorial de Caballeria*, n.º 44 de Fevereiro de 1920. Los carros de asalto. Pruebas y hechos de resistencia de caballos. Una ojeada por las grandes paginas de la historia. Reconocimiento de oficial. Caracteristicas de la moderna artilleria. Cual será la nueva organización del ejército francés? Revista de Revistas. Cronica africana. Necrologia. Estudio crítico sintético de las causas del desastre turco en la guerra balkanica (1912). Etc.
- 3 *Memorial de Artilleria*, n.º de janeiro de 1920. Notas sobre projectores y su empleo en la defensa de costas. Las aleaciones de plomo y zinc: Su empleo en la fabricacion de balines para las granadas de metralla en las piezas de artillerie de sitio y plaza. Cronica. Artilleria de campaña: La artillerie de campaña en el ofensiva. La telefonia sin hilos. Etc.

- 4 *La guerra y su preparacion*, n.º 12 de Dezembro de 1919. Mis observaciones sobre el empleo de las tropas en la guerra europea. Extracto del suplemento de cocinas de campaña del ejercito aleman. Información grafica de Francia.

### Estados Unidos

- 1 *Journal of the United States Artillery*, n.º 161 de Janeiro de 1920. Percussion Precision Adjustment of Heavy Artillery Fire. Flash and Sound Ranging. Aeroplane Observation of Artillery Fire.
- 2 *The International Military Digest*, n.º 6 do vol. 6 de Dezembro de 1919 e n.º 1 do vol. 7 de Janeiro de 1920.

### França

- 1 *Revue Militaire Générale*, n.º 1 de janeiro de 1920. Réponse aux déductions de la guerre mondiale. Stratégie et opérations dans l'Est. Reconnaissance d'armée en monoplace. Le rôle de Belfort en 1914. Les projets de loi militaire. Déductions de la guerre mondiale. L'activité militaire á l'étranger. Bibliographie.

### Peru

- 1 *Memorial del ejército* (antigo Boletín del Ministerio de guerra y marina), n.º 11 de novembro de 1919. El Mariscal del Perú. D. Andres Avelino Caceres. La lei de situación y el retiro forsozo. Los antiguos mariscales del Peru. Espanha — Reorganización del ejército. La batalla de 1918. La Academia Militar de West Point. Escuela Superior de Guerra — 7.ª e 8.ª Conferencia de Curso de Estado Mayor. Curso de Administración Militar. Nociones sobre los servicios de um ejército. La legislación militar en el Perú. Sobre organización de la Caballeria. Estudio comparativo sobre las Escuelas Militares del Perú, Argentina, Brasil e Chile. Proyecto de reconstrucción del Hospital Militar de San Bartolomé. Etc.

N.º 12 de Dezembro. Los antiguos mariscales del Perú. Los últimos acontecimientos militares de la Guerra del Pacifico. Espana — Reorganización del Ejército. El comando de los modernos ejércitos. La Academia Militar de West Point. Las Sociedades de Tiro en el Brasil. Escuela Superior de Guerra — 9.ª e 10.ª Conferencia del Curso de Estado Mayor. La legislación Militar en el Perú. Curso de Administración Militar. Nociones sobre los servicios de un Ejército. Dotes de mando. Como fueron decididos los grandes destinos de Italia. Etc.

### Suissa

- 1 *Revue Militaire Suisse*, n.º 2 de Fevereiro de 1920. Le territoire stratégique de la Suisse. Reorganisation militaire. Reglage de tir d'artillerie par l'observation latérale. Chronique suisse, chronique française, chronique belge, chronica portugaise. Informations. Bulletin bibliographique.